



# Anais da Assembléia

Nº 129

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**

3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**

4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Nelvo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermes Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 1995**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

As quatorze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os Senhores Deputados José Marcos Alves e Reny Borsato (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o nº 1220/95, do Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA, que pede esclarecimentos sobre "PARALISAÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA IRREGULAR EM PRIMEIRO DE MAIO". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 280/95, do Senhor ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, requerido pelo Deputado FLORISVALDO FIER, que pede esclarecimentos sobre "REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS À FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE FRANCISCO BELTRÃO - FACIBEL". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 1260/95, do Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Deputado FLORISVALDO FIER, que pede esclarecimentos sobre "GRATIFICAÇÕES DE INSALUBRIDADE". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 1175/95, do Senhor FERNANDO RIBAS CARLI - Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Deputado PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO, que pede esclarecimentos sobre "REFORMA DO COLÉGIO 31 DE MARÇO DE PONTA GROSSA, OBJETO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 067/94". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob os nºs CTL/SEEG/179, 181 e 184/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

059/95: De autoria do Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI, que cria o programa permanente de fornecimento de insumo agrícola, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.175. Anote-se - Arquivase

034/94: De autoria do Deputado RENATO ADUR, que cria o Município de Boa Ventura de São Roque, com as divisas e confrontações que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.176. Anote-se - Arquivase.

128/95: De autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que dispõe sobre obrigatoriedade, em todos os abatedouros e matadouros-frigoríficos, do emprego de métodos científicos de insensibilização antes da sangria, que impeçam o abate cruel de qualquer tipo de animal destinado ao consumo, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.179. Anote-se - Arquivase.

Sob o nº CTL/SEEG/185/95, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, o Projeto de Lei nº 458/93. Ao DL para ser Arquivado.

**Requerimentos:**

## REQUERIMENTO N° 2901-N1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a reinclusão do Projeto de Resolução n° 032/95 (Autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Paraná do Oeste, desmembrado do Município de Moreira Sales), na Ordem do Dia de 05 de outubro de 1995.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 2901-Z

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REQUERIMENTO N° 2901-R1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) Sessões do item 07 (sete), 1ª discussão do Projeto de Lei n° 002/95, de autoria do Deputado Basílio Zarusso, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 2901-W

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, entre com Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, contra as Resoluções do BACEN n° 590, 827, 1576, 1577, 1738 e 1799; circular do BACEN n° 1536 e contra o Artigo 2° da Medida Provisória n° 1023; ou que entre como litisconsorte da ADIN-1307/95 patrocinada pela Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(aa) ORLANDO PESSUTI

AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Em anexo ADIN 1307/95 da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do

Sul.

EXMO. SR. MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - representada neste ato por seu Presidente, Deputado Roberto Moaccar Orro, brasileiro, casado, advogado, pelo seu Primeiro-Secretário, Deputado Londres Machado, brasileiro, casado, advogado, e pelo seu Segundo Secretário Deputado Maurício Picarelli, brasileiro, casado, advogado, titulares dos cargos respectivos, conforme ata de posse e nos termos do Regimento Interno, através dos advogados ao final nomeados, e legitimada pelo artigo 103, inciso IV, da Constituição Federal, e com fulcro nos artigos 2°, 5° inciso II, 48. inciso XIII. 170 caput e 187 inciso II, também da referida Carta Política Superior, vem com a devida vênua propor AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE COM PEDIDO DE SUSPENSÃO LIMINAR DOS EFEITOS DOS ATOS INQUINADOS, em face dos seguintes instrumentos normativos:

1) RESOLUÇÕES 590, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1979, 827 DE 09.06.1983; 1576 E 1577 DE 02.02.1989; 1738 DE 16.08.1990, 1799 DE 27.02.1991, E CIRCULAR N° 1536 DE 03 DE OUTUBRO DE 1989, TODAS DE AUTORIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, editadas sob invocação do Conselho Monetário Nacional ou de sua própria diretoria.

E ainda:

2) ARTIGO 2° DA MEDIDA PROVISÓRIA 1023 DE 08 DE JUNHO DE 1995 DE AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA. (D.U. de 09.06.1995 pag. 8393 - 2ª col. em anexo)

A) OS FATOS:

1) O Crédito Rural é atividade sistematizada, sua estrutura operacional é conhecida como Sistema Nacional de Crédito Rural, ou mais precisamente abreviada pela sigla SNCR.

O Conselho Monetário Nacional por força das Leis 4.595/64 (que dispõe sobre a política e as instituições monetárias) e 4.829/65 (que institucionaliza o crédito rural), possui no sistema o status de agente coordenador da política econômica, com delegação especial para, em nome da União Federal.

"...LIMITAR SEMPRE QUE NECESSÁRIO, AS TAXAS DE JUROS, DESCONTOS, COMISSOES E QUALQUER OUTRA FORMA DE REMUNERAÇÃO DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS BANCÁRIOS OU FINANCEIROS, INCLUSIVE OS PRESTADOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ASSEGURANDO TAXAS FAVORÉCIDAS AOS FINANCIAMENTOS QUE SE DESTINEM A PROMOVER; RECUPERAÇÃO E FERTILIZAÇÃO DE SOLO, REFORESTAMENTO; COMBATE A EPIZOOTIAS E PRAGAS, NAS ATIVIDADES RURAIS; ELETRIFICAÇÃO RURAL; MECANIZAÇÃO; IRRIGAÇÃO;

**INVESTIMENTOS INDISPENSÁVEIS ÀS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS.** (Lei 4.595/64 art. 4º inciso IX)."

Ainda segundo as mesmas leis o Banco Central do Brasil possui respectivamente as funções de agente normativo e fiscalizador, competindo-lhe:

"Cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional". (Lei 4.595/64 artigo 9º).

"Exercer o controle do crédito sob todas as suas formas" (Lei 4.595/64 artigo 10 inciso V).

"Dirigir, coordenar e fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural" (Lei 4.829/65 art. 5º).

Em face do artigo 6º da Lei 4.829/65, compete ainda ao Banco Central da República do Brasil:

I) Sistematizar a ação dos órgãos financiadores e promover a sua coordenação com os que prestam assistência técnica e econômica ao produtor rural;

II) Elaborar planos globais de aplicação do crédito rural e conhecer de sua execução, tendo em vista a avaliação dos resultados para introdução de correções cabíveis;

III) Determinar os meios adequados de seleção e prioridade na distribuição do crédito rural e estabelecer as medidas para o zoneamento dentro do qual devem atuar os diversos órgãos financiadores em função dos planos globais elaborados;

IV) Incentivar a expansão da rede distribuidora do crédito rural, especialmente através de cooperativas;

V) Estimular a ampliação de programas de crédito rural, mediante financiamento aos órgãos participantes da rede distribuidora de crédito rural, especialmente aos bancos com sede nas áreas de produção e que destinem ao crédito rural mais de 50% (cincoenta por cento) de suas aplicações.

Para tal mister, editou o citado agente normativo e fiscalizador um manual intitulado Manual do Crédito Rural, ou simplesmente MCR como é conhecido por todos aqueles afeitos ao sistema.

Citado manual é uma compilação de instruções administrativas e fiscais, sujeitas a alterações periódicas e destinada a divulgar os elementos de política administrativa afetos ao SNCR, tais como as resoluções do Conselho Monetário Nacional e as recomendações a elas inerentes, a seleção de regiões e de épocas de plantios, o valor básico de custeio, o preço mínimo oficial para cada produto, as recomendações aos agentes financeiros, ao setor de

planejamento, e todas as demais matérias atinentes a função do Banco Central, tornando-se uma espécie de "cartilha" dos operadores do SNCR.

a) Inobstante sejam suas funções de caráter meramente normativo, em 07 de dezembro de 1979, através de Resolução nº 590, supra citada, o Banco Central do Brasil, invocando autorização do Conselho Monetário Nacional e sem lei autorizadora, exorbitando os patamares que lhe foram fixados, determinou que "os encargos financeiros em crédito rurais e agroindustriais sejam estabelecidos em função da variação das ORTNs no período de dezembro a dezembro imediatamente anterior" (inciso I).

b) Em 09 de junho de 1983, o Banco Central do Brasil, invocando autorização do Conselho Monetário Nacional ocorrida em sessão daquela data, baixou a Resolução nº 827, de 09 de junho de 1983, para estabelecer que:

".....

I) Os créditos rurais e agroindustriais ficarão sujeitos a juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) e de 5% (cinco por cento) ao ano, respectivamente, e à correção monetária equivalente aos seguintes percentuais da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

".....

III) As aplicações do Capítulo 37 do Manual de Crédito Rural ficarão sujeitas à correção monetária equivalente à variação das ORTN e aos seguintes juros:

".....

V) Os créditos se subordinarão, na sua vigência, à correção monetária equivalente ao mesmo percentual da variação das ORTN aplicáveis no ano civil da formalização.

VI) Os financiamentos de máquinas, tratores, equipamentos, embarcações, bovinos, florestamento e reflorestamento, ficarão sujeitos à correção monetária equivalente à variação da ORTN e a juros de 3% a.a. (três por cento ao ano)".

C) Em 02 de fevereiro o Banco Central do Brasil, pretextando ato do Presidente do Conselho Monetário Nacional, baixou a Resolução 1.576, decidindo:

"I) Estabelecer que os encargos financeiros as operações de crédito rural formalizadas a partir de 15 de janeiro de 1989, com recursos de exigibilidade de que trata o item I da Resolução nº 1349, de 1º de julho de 1987, poderão ser ajustados livremente entre financiado e financiador, até o máximo de 12% a.a. (doze por cento ao ano) de juros atualização monetária calculada com base no índice de Preços ao Consumidor-IPC".

b) Também em 02 de fevereiro de 1989, também pretextando ato do Presidente do

Conselho Monetário Nacional daquela data, o Banco Central do Brasil baixou nova Resolução, então sob o número 1577, declarando:

"I) Estabelecer que as operações de crédito rural e agroindustrial formalizadas a partir de 15 de janeiro de 1989, com recursos do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, sujeitam-se a juros fixados semestralmente e correção monetária com base no Índice de Preços ao Consumidor-IPC.

IV) Delegar competência ao Banco Central do Brasil para expedir as normas necessárias à execução desta Resolução".

Novamente em 16 de agosto de 1990, o Banco Central do Brasil pretextando ato do Presidente do Conselho Monetário Nacional, resolveu baixar a Resolução 1738, nos seguintes termos:

Art. 1º - Estabelecer que as operações de crédito rural e agroindustrial contratadas a partir da data da publicação desta Resolução, com recursos obrigatórios (MCR-6-2), ficam sujeitas a juros livremente pactuados entre financiado e financiador, até o limite de 9% a.a. (nove por cento ao ano), e correção monetária com base na variação do valor do Bônus do Tesouro Nacional- BIN.

Art. 2º - Estabelecer que as operações de crédito rural e agroindustrial contratadas a partir da data da publicação desta Resolução, com recursos das Operações Oficiais de Crédito, ficam sujeitas a juros fixados semestralmente e correção monetária com base na variação do valor do Bônus do Tesouro Nacional- BIN.

Art. 3º - Estabelecer que a correção monetária nas operações de que tratam os artigos anteriores será obrigatoriamente capitalizada no último dia de cada mês e liquidação da dívida, sendo calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$v = \text{cit}/100n.$$

onde:

$v$  = correção monetária

$c$  = média dos saldos devedores diários

$i$  = percentual de acréscimo do valor do Bônus do Tesouro Nacional-BIN em relação ao mês anterior, desprezando-se as casas decimais posteriores à 4ª (quarta)

$t$  = número de dias transcorridos da liberação do último dia do mês anterior até a data da liquidação ou o último dia do mês da correção

$n$  = número de dias do mês da correção (28, 29, 30, 31);

Art. 5º - Delegar competência ao Banco Central do Brasil para adotar as medidas e baixar as normas necessárias à execução desta Resolução."

e) Em 03 de outubro de 1989, o Banco Central do Brasil, através de mera circular, editada sob o nº 1.536, e pretextando alteração no MCR introduziu no Sistema Nacional de Crédito Rural os seguintes regulamentos:

"Comunicamos que a Diretoria do Banco Central do Brasil, em sessão de 27 de setembro de 1989, decidiu introduzir alterações no Manual de Crédito Rural - MCR, conforme folhas anexas destinadas à sua atualização.

#### TÍTULO

#### CRÉDITO RURAL

#### CAPÍTULO

#### Disposições Preliminares - 1

#### SEÇÃO

#### Sistema Nacional de Crédito Rural - 2

7 - O controle do SNCR, sob todas as formas, é atribuição do Banco Central, ao qual compete principalmente:

a) dirigir, coordenar e fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural;

b) sistematizar a ação dos órgãos financiadores e promover sua coordenação com os que prestam assistência técnica e econômica ao produtor rural;

c) .....

#### CAPÍTULO

#### Condições Básicas - 2

#### SEÇÃO

#### Despesas - 4

1) O Crédito Rural sujeita-se às seguintes despesas:

a) juros e correção monetária;

b) .....

#### CAPÍTULO

#### Recursos - 6

#### SEÇÃO

#### Recursos Obrigatórios - 2

19 - O crédito rural concedido com recursos obrigatórios está sujeito a juros livremente ajustados entre financiado e financiador, até o limite de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e correção monetária com base na variação diária do valor do Bônus do Tesouro Nacional (BIN Fiscal).

#### SEÇÃO

#### Caderneta de Poupança Rural - 4

14 - O crédito rural lastreado em re-

curso da Caderneta de Poupança Rural está sujeito a correção monetária pelo mesmo índice aplicável aos depósitos de poupança e a juros não inferior aos de captação".

Em 27 de fevereiro de 1991, o Banco Central do Brasil, sob novas invocações, baixou a Resolução 1.799, resolvendo:

"Art. 1º - Estabelecer que os saldos das operações em ser, amparadas por recursos da exigibilidade de aplicações no crédito rural, ficam sujeitas, a partir de 01.02.91, a atualização com base:

I - na Taxa Referencial - TR no caso das operações anteriormente sujeitas a atualização plena pelo IPC ou BTN mensal.

II - na Taxa Referencial Diária TDR, no caso de operações anteriormente sujeitas a atualização pelo BTN fiscal ou atualização "pro-rata" pelo IPC ou BTN mensal.

Art. 2º - Estabelecer que os saldos das novas operações, formalizados com recursos da exigibilidade de aplicação no crédito rural, ficam sujeitas a atualização com base na Taxa Referencial Diária TRD.

Por força desses dispositivos, os empréstimos agrícolas, até então mantidos em nível de equilíbrio, passaram a ser corrigidos por taxas de mercado que os bancos inserem nas cédulas, destacando-se dentre elas: IPC/FIPE, IPC/FGV, IGP-M, IGP/FGV, IPC/R, ORIN, BTN, OTN, TR, TAXA ANBID (Taxa da Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento) IPR, IRP (Índice de Reajuste de Poupança), CDI e todos os demais índices de natureza extrinsecamente comercial e próprios do Sistema de Economia Liberal que no período foram surgindo por si ou sucessivamente.

Cronologicamente o período de adoção das medidas, coincide com o do início da crise econômica no setor agrícola, gerada pelo endividamento ditado pelo descompasso entre custos e preços.

Ocorre que, assim agindo, o Banco Central do Brasil, ao editar as Resoluções 590, de 7 de dezembro de 1979, 827, de 9 de junho de 1983, 1576 e 1577, de 2 de fevereiro de 1989, 1738, de 16 de agosto de 1990, e 1799 de 27.02.1991, bem assim a Circular 1.536, de 03 de outubro de 1989, e o Conselho Monetário Nacional, ao deferir as pretextadas autorizações, incorreram em inconstitucionalidade, sob os seguintes fundamentos básicos.

Primeiro, por invasão da competência legislativa, constitucionalmente reservada ao Congresso Nacional com sanção do Presidente da República, por força do artigo 48, XIII, da Magna Carta, subvertendo a sistemática legal disciplinadora da polí-

tica econômica para a agricultura e impondo encargo não previsto em lei (CF. Art. 5º - II).

Segundo, porque citados instrumentos, por seus efeitos objetivos, (mundo do ser), resultam, desde as suas edições em vultosos e sistemáticos prejuízos à classe rural, violando com a desvalorização do trabalho humano, o primado superior da ordem econômica contido no art. 170, da Magna Carta e rompendo o equilíbrio constitucional da política de custos e preços (C.F. art. 187 - inciso II).

Cabe ressaltar que a Resolução 590, foi editada durante a vigência do parágrafo 2º, do art. 153 da Emenda Constitucional nº 1, de 17.10.1969, de teor análogo ao do atual inciso II do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

As irregularidades são tão gritantes que o Congresso Nacional, atento à anomalia verificada no setor agrícola, decidiu instaurar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - "Destinada a investigar as causas do endividamento do setor agrícola, o elevado custo de seus financiamentos e as condições de importação de alimentos nos Exercícios de 1990 a 1993", mais conhecida como CPMI do ENDIVIDAMENTO AGRÍCOLA.

Naquele inquérito, além das conclusões gerais. ALGUNS DEPOIMENTOS EM PARTICULAR CHAMAM ATENÇÃO DO INTERPRETE:

Dentre eles merece especial destaque o depoimento do Senhor ALCIR AUGUSTINHO CALLIARI, então Presidente do Banco do Brasil S/A, com poder probante de confissão (já que depôs sob juramento) e que se traduz em um retrato nítido e amplo da expressão das irregularidades emanadas dos atos executivos atacados. (Diário do Congresso Nacional - Suplemento ao número 54 de 12 de novembro de 1993).

Os depoimentos e o relatório final da CPMI estão em anexo, pelo Diário do Congresso Nacional acima abordado, requerendo a peticionária sejam tomados e examinados como prova integrante do suporte desta postulação.

Ressalte-se também que o resultado final da CPMI centralizou-se em recomendações e, em especial no Projeto de Decreto Legislativo nº 383/93.

Esse Projeto, de caráter absolutista - já que abolia a correção monetária no crédito rural - após votado na Câmara dos Deputados, "emperrou" no Senado, sob promessas do Executivo de que solução administrativa seria adotada em face do problema.

Também não menos verdade é que a CPMI emitiu seu relatório final, publicado no Diário do Congresso Nacional. Suplemento ao número 203, de 02 de dezembro de 1993, apontando as irregularidades e concluindo

com recomendações:

AO PODER EXECUTIVO, AO CMN, AO BACEN, AO BANCO DO BRASIL E DEMAIS AGENTES FINANCEIROS (Diário citado, pág. 55).

A PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, AO PODER JUDICIÁRIO, AO PODER LEGISLATIVO, AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A POLÍCIA FEDERAL. (Diário citado, pág. 58).

Inobstante as apurações e recomendações. NENHUMA AÇÃO IN CONCRETO FOI LEVADA A EFEITO.

A consequência é que a CPMI resultou apenas em um valioso informativo oficial e, por que não dizer: EM UM INQUÉRITO SEM DENÚNCIA, e por isso sem qualquer solução para os problemas no mundo do ser.

De especial relevância a matéria atribuída ao Exmo. Sr. Ministro Paulo Brossard, então Vice-Presidente dessa Suprema Corte de Justiça e publicada no Jornal Zero Hora, edição do dia 20 de setembro de 1993, intitulada "E NÃO ACONTECE NADA".

Efetivamente, o estarcimento manifestado por S.Exa. é compreensível à luz do fato de, após longo, dispendioso e trabalhoso inquérito, o "calhamaço" de preciosas informações capazes de - por provocação oficial à qual a Magna Carta deixa larga reserva de ação - alterar todo um quadro banindo a sequele social que lhe ditou a instauração, ser relegado ao nada, enquanto os bancos prosseguem explorando a classe produtora e transferindo para si cada vez mais polpuda fração do PIB Nacional.

## II) - A MEDIDA PROVISÓRIA

Por ocasião da Lei 8.880, de 27 de maio de 1994, denominada Plano Real, foi inserido no corpo da lei o parágrafo 2º do art. 16, estabelecendo que a correção dos financiamentos agrícolas seria feita pelos mesmos índices de correção dos preços mínimos.

Referido parágrafo recebeu veto do Executivo, sendo o referido veto afastado pelo Legislativo e o texto promulgado e publicado no Diário Oficial da União do dia 16.05.1995, estabelecendo o equilíbrio de custos de resultados para os empréstimos futuros.

Visando contornar citada norma, o Executivo editou a Medida Provisória 1.023, de 08 de junho de 1995, fazendo nela inserir o artigo 2º determinando:

"Art. 2º - PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL CONTRATADAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA E ATÉ 31 de JULHO DE 1.996 NÃO SE APLICA O DISPOSTO NO § 2º DO ART. 16 DA LEI Nº 8.880, DE 27 DE MAIO DE 1994". (destacamos).

Todavia não se pode ignorar que a medida provisória padece de inconstitucionalidade, primeiro por lhe faltar motivação, a teor do art. 62 e segundo por vulneração

do equilíbrio ditado pelo art. 187, II, ambos da Magna Carta.

E que as medidas provisórias somente são permitidas em situação de RELEVÂNCIA E URGÊNCIA, conforme reserva legal constitucionalmente estabelecida no citado art. 62 da Lei Maior, o que, inobstante, não tem ocorrido no País, onde o Executivo tem legislado via medida provisória, em geral sem justificativa maior, conforme se demonstrará a seguir.

## B) - NO MÉRITO:

### B.1) - Natureza Jurídica do Crédito Rural:

O crédito rural está entre os créditos inconstitucionalizados e sistematizados com finalidade específica, e toda sua disciplina é praticada sob intervenção da União Federal.

Não por outra razão, o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30.11.1964) - anterior, portanto à citada lei 4.829/65 - em seu artigo 85 e parágrafo 1º e 2º, estabelece que:

"A fixação dos preços mínimos de acordo com a essencialidade dos produtos agropecuários, visando ao mercado interno e externo, deverá ser feita, no mínimo, sessenta dias antes da época do plantio em cada região e reajustados, na época da venda, de acordo com os índices de correção fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

§ 1º - Para fixação do preço mínimo se tomará por base o custo efetivo de produção, acrescido das despesas de transporte para o mercado mais próximo e da margem de lucro ao produtor, que não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento).

§ 2º - As despesas do armazenamento, expurgo, conservação e embalagem dos produtos agrícolas correrão por conta do órgão executor da política de garantia de preços mínimos, não sendo dedutíveis do total a ser pago ao produtor".

Com toda clareza, o dispositivo estabelece como ponto fundamental do equilíbrio a política de custos e preços sem a qual o sistema se inviabiliza, ou porque o produtor acaba massacrado pelos custos, ou porque o consumo se torna inacessível pelos valores do produto ao consumidor final. ESTE É O PONTO FUNDAMENTAL DA INTERVENÇÃO.

Após o Estatuto da Terra, veio o sentido institucional pela Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1.965, que estabelece com finalidade básica do crédito.

III - POSSIBILITAR O FORTALECIMENTO ECONÔMICO DOS PRODUTORES RURAIS, NOTADAMENTE PEQUENOS E MÉDIOS:

IV - INCENTIVAR A INTRODUÇÃO DE MÉTODOS RACIONAIS DE PRODUÇÃO, VISANDO AO AU-



MENTO DA PRODUTIVIDADE E A MELHORIA DO PADRÃO DE VIDA DAS POPULAÇÕES RURAIS, E A ADEQUADA DEFESA DO SOLO" (art. 3º).

Com o objetivo nítido de compatibilizar estas funções, que identificam o setor como área especial da economia, bem assim atendendo à reserva legal estabelecida no Estatuto da Terra, na gênese legislativa da citada lei (Projeto de Lei 3.125, de 1965) afastou-se a previsão contida no inciso V do art. 4º e no art. 15 do projeto originário, dispositivos estes que determinavam a cobrança de correção monetária neste setor especial da economia.

O afastamento ocorreu em face da Emenda nº 9, de natureza supressiva, com o seguinte teor:

"Emenda nº 9.

Art. 15 e inciso V do art. 4º.

Supressão.

Justificativa:

Optou-se pela supressão total dos dispositivos, levando-se em conta que a correção monetária poderia criar situações insustentáveis para os lavradores, cujas atividades sofrem constantes percalços, decorrentes de fatores climáticos incontrolláveis e imprevisíveis, além de outros malefícios de ordem econômica. E isto, pela simples razão de que não é possível estabelecer qualquer correlação entre a evolução da renda real e da lucratividade das operações agrícolas, de um lado, e o índice de preços (provável) de inspiração das taxas de correção monetária do outro.

Não há, assim, possibilidade de estabelecer a correlação entre a renda agrícola e taxas de inflação em geral. E, assim sendo, não há como pretender aplicar a correção monetária aos financiamentos de custeio. Uma exigência dessa natureza só viria a fazer com que o lavrador fugisse do crédito para o custeio, pois ele, que está consciente do que acima se expôs, não estaria disposto a correr o risco de ter contra si, além dos azares do mercado e da imponderabilidade do clima, mais o "castigo" certo da correção monetária. O resultado seria que, ao invés de disseminar o crédito na agricultura e se estimular o aumento da produção, se conseguiria exatamente o oposto.

Finalmente, parece-nos os resultados que se alcançam através da distribuição de créditos a "juros" baixos resultam em estímulos incontestáveis aos produtores, conforme a experiência nos dita, favorecendo diretamente o aumento da produção, que nos parece justificativa plausível, em contraposição ao ônus que poderia constituir para o Governo a garantia de taxas de reconversão dos empréstimos para moeda estrangeira, obtidos para aplicação na lavoura.

Além do mais, toda a legislação sobre

Crédito Rural existente no País fixa como sendo sua filosofia ser o crédito rural serviço público, como os gastos com educação, saúde, etc.. Não tem pressupostos bancários mercantilistas, pois é promocional, de predominante teor de subsídio. A correção monetária põe tudo isso no chão. A instituí-la melhor seria deixar o crédito rural como está, pois seria o maior desserviço à agricultura e pecuária nacionais sua adoção." (emenda de autoria do Deputado Ulysses Guimarães, in avulso da Câmara dos Deputados, alusivo ao Projeto de Lei nº 3.125-A, de 1965 publicado pelo Departamento de Imprensa Nacional, pags. 29/30".

Em 1.974 o Congresso Nacional aprovou o II PND (Lei Nº 6.151/74) onde fixou a ideologia de preços para o País.

Sobre o tema, o Professor Humberto Theodoro Junior, em parecer datado de 10.12.1987, e tomado como fundamento de decisão pelo 3º Tribunal Regional Federal, assevera que:

"Aliás, em caráter geral, o Congresso Nacional aprovou o II PND (Lei nº 6.151/74), onde a ideologia da política de preços para o país ficou bem explicitada como "uma política à base do modelo econômico de mercado" com o esclarecimento de que seria sempre "orientada no sentido de dividir os ganhos de produtividade entre o produtor e o consumidor".

O Plano Global da economia, destarte, se orientou, dentro dos princípios da organização constitucional do País, para uma política de regular e disciplinar os ganhos; não para impedir ganhos e impor prejuízos, o que, se fosse feito, incorreria em inconstitucionalidade e contrariaria às escâncaras, todas as leis naturais do modelo econômico de mercado." (Parecer pág. 34, itens 72/73 - Embarg. Decl. em Apelação Cível nº 89.03.30464-0/SP).

Do acima exposto, conclui-se, sem sombras de dúvidas, que o legislador, ao omitir da lei institucionalizadora (4.829/65) a previsão de correção monetária para os empréstimos de crédito rural, na forma como constante do projeto, o fez não para permitir recursos sem correção ao tomador dos empréstimos, uma vez que também não a proibiu (cabendo observar ainda a situação insustentável que se criaria para a bolsa pública, pois esta ficaria inviabilizada emprestando pelo chamado nominalismo monetário) mas sim porque, atendo às normas já preexistentes no Estatuto da Terra, no sentido de equilíbrio entre os custos e os preços, ao institucionalizar o sistema de crédito rural, reconheceu a reserva estabelecida naquele diploma legal e reafirmou a política econômica diferenciada para o setor agrícola, que, pelas suas próprias



peculiaridades de economia sistematizada e praticada sob intervenção da União, não suporta submissão aos preceitos de economia liberal, que é o campo com o qual se identifica a correção monetária comum.

Aliás, o erro dessa premissa tem sido a pedra de toque da questão, fazendo com que inúmeras situações se ponham em juízo a postular a ausência total de correção monetária, como se a Lei nº 4.829/65 a proibisse, quando em verdade esta apenas se omite, e com isto remete a matéria ao ponto estatutário de equilíbrio da garantia de preços a nível dos custos, como forma de viabilizar a atividade e o consequente abastecimento de viveres.

A confusão instalada pela busca da isenção ampla foi tal que o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 16, reconhecendo inexistir norma proibitiva da aplicabilidade da correção.

A questão não é a correção em si e sim o quantum que a tal título se adiciona.

Tanto é que a partir de 05.10.1988, a matéria evoluiu para preceito constitucional, in verbis:

"Art. 187 - A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;"

Na sequência, por ocasião do Plano de Estabilização Econômica que resultou na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, (Plano Real), o Congresso Nacional estabeleceu, no § 2º do art. 16, que:

"Art. 16 - Continuam expressos em Cruzeiros Reais, até a emissão do Real, e regidos pela legislação específica:

IV - as operações de crédito rural destinadas a custeio, comercialização e investimento, qualquer que seja a sua fonte;

§ 2º - Nas operações referidas no inciso IV, a atualização monetária aplicada aqueles contratos será equivalente à dos preços mínimos em vigor para os produtores agrícolas".

Este último dispositivo sofreu veto presidencial, sendo, inobstante, mantido pelo Congresso Nacional e promulgado pelo Presidente do Senado Federal, com publicação em 16.05.95 (D.U. de 16.09.95), sofrendo a seguir ataque pelo art. 2º da Medida Provisória 1.023, que injustificadamente procura lhe retirar a vigência e eficácia.

Assim, pelo rastreamento das leis que regem a matéria, não pode restar a menor dúvida, de que o ponto de equilíbrio estabelecido pelo Estatuto da Terra (art. 85), acolhido como reserva legal na gênese da Lei nº 4.829/65, recomendado pelo II PND (Lei nº 6.151/74), elevado a nítido preceito constitucional pela Carta Política de 1988 (art. 187, II) e disciplinado pela lei nº 8.880/94 (art. 16, § 2º), é aquele que estabelece a política centrada nos preços mínimos, como forma de equilíbrio da correção monetária nos empréstimos agrícolas.

B.2) - Violações à Constituição Federal:

B.2.1) - Inciso II do Art. 5º:

Estabelece o inciso II do art. 5º da Lei Maior, que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Violando frontalmente essa garantia, a indigitada Resolução 590 do C.M.N., datada de 7.12.1979, as Resoluções do BACEN de nºs. 827, de 09.06.83, 1576 e 1577, de 02.02.1989, 1738, de 16.08.1990, bem assim a Circular 1.536, de 03.10.1989, ignorando o regime especial, constitucional e legal da intervenção econômica, vem forçando, ano após ano, a classe mutuária ao pagamento de correção monetária segundo as regras da economia liberal, que lhe é debitada em conta pelos bancos agentes executores do crédito, com total rompimento do equilíbrio assegurado pela política de preços para o setor.

Com o expediente, - conforme, aliás previsto na emenda supressiva nº 09 da gênese da Lei nº 4.829 nos idos de 1965 - comprometeram-se ano após ano as safras agrícolas, levando à ruína toda a classe mutuária, que, a partir de então, tendo os reajustes dos empréstimos pela correção ao nível da economia liberal, e os ajustes dos preços dos produtos a nível da economia sistematizada (onde pesa sobremaneira o equilíbrio de divisão dos lucros entre o produtor e o consumidor final), viu agigantarem-se as dívidas, desaparecerem as esperanças, avolumarem-se os prejuízos ruírem as economias conquistadas ao longo de anos de árduo trabalho e implantar-se o sofrimento moral, econômico e financeiro, que chega a tanger a própria dignidade humana, pois alguns segmentos da mídia ao talante de interesses diversos a todos níveis como "caloteiros".

As execuções e renegociações a taxas e índices extorsivos e insuportáveis tornaram-se a prática de um sistema econômico em decadência, suportado pelo mutuário como única forma de adiar a ruína iminente, na esperança de soluções do Poder Executivo, que, todavia, em virtude da pouca or-

ganização política dos agricultores, permite a extorsão generalizada pelos agentes financeiros.

Só para ilustrar, observe-se que, enquanto o Executivo vetou o parágrafo 2º do art. 16 da Lei 8.880, de 27 de maio de 1994, e o Congresso Nacional derrubou o veto, sancionando o diploma, os preços mínimos se mantiveram estacionados e os reajustes dos contratos prosseguiram, desnivelando a já combalida economia agrícola em algo da ordem de 50%, dependendo do índice utilizado.

Na magistral obra "Controle de Inconstitucionalidade - Aspecto Jurídicos e Políticos" - Ed. Saraiva - 1991 - pag. 28. o Mestre Gilmar Ferreira Mendes preleciona:

"Os vícios materiais dizem respeito ao próprio conteúdo do ato, originando-se de um conflito com princípios estabelecidos na Constituição. E, evidentemente, a inconstitucionalidade material envolve não só o contraste direto do ato legislativo, como parâmetro constitucional, mas também a aferição do desvio de poder ou do excesso de poder legislativo".

O Professor Fernando Jorge Schneider:  
"...conclusões:

O Poder Executivo tem sua ação limitada aos poderes expressamente outorgados pela Constituição ou por Lei votadas pelo Parlamento.

O princípio da integral submissão do poder público à Lei, o chamado "princípio da legalidade", importa em que o agente executivo não pode tomar decisões individuais, em face de determinada situação, mas, tão somente, as decisões expressamente autorizadas por lei. E esse princípio universalmente aceito, caracterizando o chamado "Estado de Direito". Ligado a esse princípio está o da supremacia das leis sobre os atos do Poder Executivo. Este só poderá agir em conformidade com as leis existentes. O seu poder regulamentar é limitado à fiel execução da lei. O Poder Executivo (Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil) não pode inovar a lei, não pode criar ou impor obrigações não constantes em lei tanto mais imperativas e restritas quanto mais específica for esta, como a legislação do crédito rural.

Um indivíduo age como órgão do Estado somente enquanto atue mediante autorização de alguma norma válida.

Esta é a diferença entre o indivíduo e o Estado, como pessoas atuantes, isto é, entre o indivíduo agindo como pessoa privada e o indivíduo agindo como órgão do Estado.

....."(Parecer de 05.12.89, publica-

do no informativo Consulex número 22, de 04.06.90 - as exaltações são nossas).

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, não têm e nunca tiveram competência legislativa. No entanto pelas Resoluções e Circular atacadas, impuseram, e continuam impondo, a cobrança de correção monetária ao nível de economia liberal dentro do crédito sistematizado.

E segundo o comando constitucional estabelecido pelo art. 25 das Disposições Constitucionais Transitórias da Magna Carta de 1988.

"Ficam revogados, a partir de cento e oitenta dias da promulgação da Constituição sujeito esse prazo a prorrogação por lei, todos os dispositivos legais que atribuam ou deleguem a órgãos do Poder Executivo competência assinalada pela Constituição ao Congresso Nacional, no que tange a:

I - Ação normativa"

B.2.3) Artigo 170:

Também a Magna Carta assegura que "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social....".

Nesse sentido preleciona José Cretella Junior:

"Fundamental o equilíbrio da Ordem Econômica, sendo poder-dever do Estado garanti-lo. Se a Ordem Econômica fica na dependência direta do Poder Executivo, basta a violação do governante, sem consulta ao interesse público, para que ocorra a intervenção na economia. Perturbado o equilíbrio por qualquer ato que não consulte o interesse público, imprevisível e imediato o quantum do reflexo na Ordem Social, pon-do em risco a segurança do Estado. A vulneração da Ordem Econômica pode partir dos agentes do próprio Estado, de qualquer dos Poderes e, em especial do Poder Executivo, podendo ainda o equilíbrio ser abalado por atos de pessoas jurídicas de direito privado, as grandes empresas e, entre elas, as multinacionais". (In Comentários à Constituição de 1988. Forense Universitária - 2ª ed. VIII. pág. 3949).

Assim, além do patrimônio, a valorização do trabalho humano, constitui garantia constitucional inarredável, e referida garantia está vulnerada pelo comportamento do Executivo Federal, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, consistente em - via Medida Provisória, resoluções e circular - impor correção monetária com rompimento ao ponto de equilíbrio da política de custos e preços, que a Magna Carta assegura para os empréstimos do crédito agrícola.

No sentido Ives Gandra Da Silva Martins:

"De qualquer forma, as Constituições, analíticas e sintéticas, possuem pelo menos duas grandes ordens de princípios, a saber: 1) aqueles que ordenam o Estado e criam os mecanismos de exercício de poder e 2) aqueles que garantem os direitos e salvaguardas individuais.

A evidência, porque o Estado é meio de realização da coletividade e do indivíduo, os direitos e garantias individuais são os aspectos de maior relevância em qualquer texto constitucional, posto que a lei máxima não é um estatuto de garantia de privilégios dos governantes, mas de garantia dos direitos dos Governadores e dos mecanismos que lhe possibilitem controlar os governantes.

A verdadeira democracia apenas existe na medida em que o Estado se autocontrole e os cidadãos controlem o Estado, visto que os governados, nos textos constitucionais democráticos, são os únicos destinatários das normas jurídico-sociais." (In Roteiro para uma Constituição - volume I ed. Forense, 1987 p. 18/19).

#### B.2.4) Artigo 187. II.

Exaltando a condição de preceito maior a velha reserva contida nos parágrafos 1º e 2º do artigo 85 do Estatuto da Terra, a Constituição de 1988, assegura, no art. 187, II, que:

"A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

.....

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização:"

A descompatibilização que decorre dos atos inquinados é que os empréstimos, corrigidos pelos princípios da economia liberal, atingem patamares insuportáveis por qualquer das classes diretamente envolvidas no processo de produção e consumo.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, denominada CPMI do Endividamento Agrícola, em seu relatório (in Diário do Congresso Nacional - Suplemento ao nº 203 - 28 de dezembro de 1993), aponta, dentre outros, os seguintes resultados:

"- falhas na formulação de sua política específica:

- inúmeras ilicitudes cometidas no crédito rural:

- exorbitante cobrança de encargos financeiros:

- transferência lesiva e não autorizada por lei de recursos do setor produtivo

rural para o SETOR FINANCEIRO, que ultrapassou a casa dos 20 bilhões de dólares:

- ao longo dos últimos 20 anos, houve uma clara inversão dos papéis representados no PIB brasileiro pelo setor produtivo da agricultura e pelos setores da intermediação financeira, numa evidente distorção das prioridades conferidas pela política do Governo. O Sistema Financeiro detém, hoje, significativa parcela do PIB brasileiro, ao redor de 28%, num claro indicio de favorecimento e benesses que recebeu nesse período. Essa grandeza é melhor compreendida quando se sabe que a agricultura representa hoje 10% do PIB" In Relatório cit. pág. 33).

"A propósito, é de se realçar que a malversação dos recursos legais e específicos do Crédito Rural se constitui num dos fatores responsáveis pelos perversos efeitos já constatados no perfil da distribuição de renda nacional e, também, pelas seguintes malévolas consequências:

- irregularidades nas importações de alimentos, especialmente grãos, além de fantásticos gastos de bilhões de dólares, em prejuízo do produtor nacional:

- perdas de algumas centenas de milhares propriedades rurais, pois, só no Estado do Paraná, segundo dados da CPMI do Endividamento Agrícola, verbis:

- 52.800 pequenos agricultores perderam suas terras para os Bancos. Eles não conseguiram saldar seus débitos (Relatório cit. pág 12).

- doação, ao Sistema Financeiro de todos os recursos específicos e institucionais do Crédito Rural, regulados pelos arts. 15/22 da Lei 4.829/65:

- inviabilização da agricultura brasileira, extremamente descapitalizada e carente de infra-estrutura pública:

- encarecimentos dos produtos agrícolas, elevando o preço do item "alimentação" na composição dos gastos da população brasileira:

- a falta de uma política de apoio ao pequeno produtor rural tem sido a maior responsável pelo intenso êxodo rural, observado no Brasil, nas últimas décadas:

- Para exemplificar, basta citar que só na Região Sul do País, em 1.970, moravam no campo mais de 50% da população. Hoje moram cerca de 25% somente. (Relatório cit. pág. 172).

Consequências disso foi o inchamento das grandes cidades, favelamento, desemprego, pobreza, miséria, marginalidade.

#### B.2.5) - Quanto à Medida Provisória 1.023

Não pode escapar ao exame dos operadores do Direito, que a faculdade de instituir medida provisória é salvaguarda constitucional, deixada pela Magna Carta

ao Executivo para solução de situações emergentes e inusitadas.

O próprio texto constitucional condiciona a edição da medida a casos de RELEVÂNCIA E URGÊNCIA.

Também é regra que a Medida perderá sua eficácia em trinta dias, caso não seja convertida em lei pelo Congresso.

Todavia, a edição e reedição de medidas provisórias, no Brasil, tem-se tornado uma habitualidade executiva criando uma espécie de poder legislativo paralelo, ou O QUARTO PODER DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, que são editadas sem qualquer justificativa, e reeditadas se não convertidas em lei nos trinta dias que lhe são fatais.

A Constituição Federal de 1988, ao repelir o decreto-lei, fixou a potestas legislativa do Presidente da República na medida provisória.

Todavia, enquanto o decreto-lei podia ser editado alternativamente em casos de relevância ou urgência a medida provisória sofre maior restrição constitucional, somente sendo permitida em caso de relevância e urgência. Ou seja: para que seja permitida, deverão estar presentes ambos os requisitos.

Ao exame da MP 1.023, observa-se que, no geral, o Executivo, ao lançar mão da edição da Medida, nem sequer se deu ao trabalho de dizer, nas linhas preambulares quais os fatos no mundo concreto, urgentes e relevantes, que o levaram a adotar a salvaguarda.

Ora data máxima vênia, se a Constituição Federal impõe até aos Tribunais a obrigatoriedade de motivar seus julgamentos (sob pena de nulidade) e as decisões administrativas (art. 93, IX e X), como admitir que o Executivo, com a habitualidade que se vê edite e reedite Medidas Provisórias sem qualquer justificativa.

Visto por este prisma, em âmbito geral, a guerreada Medida Provisória 1.023 padece de inconstitucionalidade por ausência da justificativa quanto aos requisitos da RELEVÂNCIA E URGÊNCIA, exigidos pelo art. 62 da Magna Carta como elementos autorizadores da sua edição.

Vulnera ainda o preceito guardado pelo art. 2º da Magna Carta, segundo o qual os Poderes são independentes, pois, ao legislar sem a causa justificativa, invade indevidamente a esfera de competência reservada ao Congresso Nacional.

No especial, outra eiva de inconstitucionalidade ocorre em face ao artigo 187, II, da Magna Carta, que manda observar preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização, mandamento este plenamente garantido pelo parágrafo 2º do art. 16 da Lei 8.880, de 27 de maio de 1994, em consonância com todos os dispositivos de política econômica para

este setor especial da economia que é o crédito sistematizado (Estatuto da Terra, Lei 4.829/65 etc...).

Em síntese, s.m.j., impõem-se as seguintes considerações:

a) - Inexiste lei expressa autorizadora ou proibitiva da exigência da correção monetária no crédito rural, existindo em realidade uma linha especial sistematizada e com trato próprio centrado na política de custos e preços, cujo diretriz inicial emerge do Estatuto da Terra.

A supressão adotada pela emenda nº 9 ao Projeto Legislativo 3.125/65 e que afastou a correção monetária da gênese da Lei 4.829/65, institucionalizadora do crédito rural, não implica em empréstimos sem encargos de atualização, prendendo-se à necessidade de tratamento diferenciado para este setor especial da economia;

b) - Em função de se tratar de atividade sistematizada, legalmente resguardada como área sob intervenção econômica, o tratamento é centrado na política de preços mínimos, inicialmente estabelecida pelos parágrafos 1º e 2º do art. 85 do Estatuto da Terra, ressalvada pela gênese legislativa da Lei 4.829/65 (ao afastar do projeto original a previsão de correção monetária sem expressamente impor a sua proibição adotada pelo II PND (Lei 6.151/74) e expressamente pelo parágrafo 2º do art. 16 da Lei 8.880/94 além de erigida a preceito constitucional pelo art. 187, II, da Carta Política de 1988.

c) - Como lei maior, os artigos 5º, II, 170 e 187, II, da Constituição Federal, que vedam a imposição de obrigação senão por força de lei, ditam como primado da ordem econômica a valorização do trabalho e determinam a União Federal, na qualidade de interventora, a obrigação de assegurar preços compatíveis com os custos de produção e garantia de comercialização, estão vulnerados e reclamam o reestabelecimento da ordem superior que emana do seu regramento;

d) - Ordinariamente, o artigo 85 da Lei 4.504, de 30.11.1964, conhecida por Estatuto da Terra ditando o custo efetivo de produção como elemento integrante da fixação do preço mínimo, o art. 3º da Lei 4.829 de 05.11.1965, a estabelecer as finalidades do crédito agrícola, com especial destaque para a emenda supressiva nº 09) e atualmente o parágrafo 2º do artigo 16 da Lei 8.880 de 27 de maio de 1994, que manda corrigir os empréstimos pelo mesmo índice de reajuste dos preços mínimos, reafirmam os princípios gerais da economia institucionalizada praticada sob interven-

cionismo estatal e tornam forçoso concluir que, por consequência, afastam dos financiamentos a aplicação da correção monetária ao nível dos critérios de economia liberal, mormente quando citados critérios subvertam o sistema, frustrando suas finalidades e trazendo a classe mutuária, de forma sistemática, a imposição inconcebível de obter sucessivos prejuízos como meta final do seu empreendimento.

e) - A aplicação da correção monetária a nível de economia liberal neste setor especialíssimo do crédito sistematizado e praticado sob intervenção da União Federal, subverte todo o primado da ordem econômica e social, e ainda, consoante divulgação da mídia e em especial pelas conclusões da CPMI levada a efeito pelo Congresso Nacional para apurar as causas do endividamento agrícola, gera êxodo rural, desemprego, miséria de um lado, enquanto de outro resultam em instrumento de transferência indevida de riquezas ao setor bancário, que durante a crise subiram sua parcela de absorção do PIB nacional para o expressivo patamar de 28% enquanto, concomitantemente a agricultura caiu para minúsculos 10% do mesmo PIB.

f) - O artigo 2º da Medida Provisória 1.023 de 08 de junho de 1995, padece de inconstitucionalidade, de forma geral em face de não ter a Medida, a justificativa quanto a relevância e urgência exigidas pelo art. 62 da Magna Carta e no especial por contrariar seu artigo 2º a garantia estabelecida pelo inciso II, do art. 187, da Constituição Federal de 1988, uma vez que no campo prático resulta na permissão de indexadores que geram desequilíbrio entre os custos e resultados.

g) A situação de fato criada pela vulneração do sistema intervencionista está a exigir a pronta atuação do Poder Judiciário, sem o que os danos tornar-se-ão cada vez mais volumosos e irreparáveis.

#### C) NECESSIDADE DE AFASTAMENTO LIMINAR DOS EFEITOS DOS ATOS INQUINADOS

Além das lesões já ocorridas no sistema ao longo dos últimos quase 20 anos com a perda sucessiva do patrimônio dos produtores rurais, um grande número de procedimentos executórios e de dívidas contabilizadas com expressão nominal contendo a correção monetária resultante das Resoluções 590, 827, 1.576, 1.577, 1.738 e 1.799 e da Circular 1.536 do BACEN se encontra em voga, aniquilando o sistema produtivo e dando prosseguimento a todo o elenco de violações já mencionados.

Dentre as demais provas desta assertiva, é relevante o depoimento do Presidente

do Banco do Brasil, prestado junto à CPMI do Endividamento Agrícola, tomado sob juramento solene no dia 26.08.93, e em relação ao qual prevalece a regra da CONFISSAO (doc. anexo e já mencionado).

O agravamento do quadro a partir de então pode ser medido, dentre outros parâmetros, pelo fato de os principais municípios agrícolas do Estado de Mato Grosso do Sul (Dourados, Chapadão do Sul, Rio Brilhante, Ponta Porã, São Gabriel D'Oeste, Laguna Caarapá e Aral Moreira) já haverem decretado "Estado de Emergência", alguns com a tentativa de utilidade pública sobre máquinas em face da inviabilização das novas safras, da falta potencial de alimentos e em especial da drástica redução na arrecadação de ICMS, essencial para a vida do ente público, equivalendo dizer que todo o sistema social está afetado pela crise com exceção lógica dos bancos que, em consequência das Resoluções e da Circular, puderam disvirtuar sua função de executores a nível de prestação de serviços para centrá-la no lucro puro e simples e prosseguem transferindo para si cada vez maior volume do PIB.

Também não menos real e, em face dos indexadores utilizados a título de correção monetária a existência de grande número de processos de execução com exigência de cifras astronômicas, alguns em fase de alienação do patrimônio do produtor com a consequente transferência de mais recursos para o sistema bancário.

O sofrimento econômico, financeiro e moral também é uma realidade, tanto para a classe produtora, quanto para o comércio, a indústria e os demais setores afetos a circulação de recursos decorrentes da economia rural.

Aumenta o número de protestos cambiais e a devolução de cheques pelo sistema bancário.

O Estado de Mato Grosso do Sul, teve substancialmente diminuída sua fonte de arrecadação, com o consequente comprometimento de suas atividades.

Os depoimentos em especial do Presidente do Banco do Brasil, e o próprio relatório final da CPMI do endividamento agrícola que a esta se anexam através do Diário do Congresso Nacional (Suplementos ao nº 54, de 12.11.93 e ao nº 203 de 28.12.93), dão conta em termos oficiais, das irregularidades denunciadas e dos danos já patenteados sobre a economia agrícola.

Referidas irregularidades, dentre elas a perda de grande número de propriedades, o agigantamento das dívidas e o volumoso número de processos de execução, além de serem fatos concretamente apurados pela CPMI do endividamento agrícola são notórios em face da grande publicidade que

sobre elas existem, inclusive na mídia nacional.

Assim caracterizado está o "PERICULUM IN MORA", decorrente da aplicação dos índices liberais de correção monetária.

O "FUMUS BONI IURIS", consiste na segurança e na clareza dos textos constitucionais vulnerados e no conflito que para eles dirigem os teores das Resoluções, da Circular e da Medida Provisória argüidos de inconstitucionais, alguns deles anteriores à Carta Política de 1988, todavia com ultratividade assegurada na prática bancária.

Por isso urge afastar os efeitos dos atos inquinados, consistentes na correção monetária a nível de economia liberal pelos índices aplicados por força de citados instrumentos, dentre eles conhecidos pelas siglas IPC/FIPE, IPC/FGV, IGP-M, IGP/FGV, IPC/R, ORTN, BTN, OTN, TR, TAXA ANBID, IPR, IRP (Índice de reajuste de poupança), CDI e todos os demais índices que ultrapassem aqueles aplicados no reajuste dos preços mínimos dos produtos agrícolas, aos quais se destinem cada financiamento e verificáveis pela finalidade constante das cédulas.

#### OS PEDIDOS

Ante ao exposto, legitimada pelo inciso III do artigo 103, da Magna Carta, e cumprindo sua função institucional propõe a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade para requerer:

##### LIMINARMENTE

1) Seja dado, no campo de provas preliminares e nos limites desta lide, força probante de confissão às declarações do Senhor Alcir Augustinho Calliari, prestadas sob juramento e na condição de Presidente do Banco do Brasil S.A. perante a CPMI do Congresso Nacional em data de 26.08.1993, cuja cópia se encontra em anexo.

2) - Com base no art. 5º inciso II, art. 48, inciso XIII, no art. 170, caput e no art. 187, inciso II, todos da Magna Carta, e nos demais dispositivos alinhados, o pronto restabelecimento da ordem constitucional violada, mediante a sustação (no mundo do ser) com efeito retroativo as datas de suas respectivas publicações dos efeitos das Resoluções 590, de 7 de dezembro de 1979, 827 de 09.06.83., 1576 e 1577 de 02 de fevereiro de 1989, 1738 de 16 de agosto de 1990, 1799 de 27.02.1991 e da Circular 1536 de 03 de outubro de 1989 impostas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, no que tange a aplicação da correção monetária nos empréstimos agrícolas pelos índices que mencionam ou que delas

derivam (próprios da economia liberal) com especial referência aos seguintes, de prática costumeira pelos bancos desde o evento dos diplomas inquinados e deles decorrentes como imposição do Banco Central do Brasil, IPC/IBGE, IPC/FIPE, IPC/FGV, IGP/M, IGP/FGV, IPC/R, ORTN, BTN, OTN, TR, TAXA ANBID, IPR, IRP (Índice de Reajuste de Poupança), CDI e todos os demais índices que ultrapassem aqueles utilizados para o reajuste dos preços mínimos verificados para os produtos específicos das cédulas suspendendo a exigibilidade dos excedentes lançados "in concreto".

3) - Pelas mesmas razões, e para salvaguarda dos preceitos constitucionais emergentes dos artigos 2º, 62, e 187 II da Carta Magna, a sustação também liminar das disposições contidas no artigo 2º da Medida Provisória 1.023, de 8 de junho de 1995.

#### QUANTO AO MÉRITO

A citação da União Federal, para os fins de direito, e a cognição ao Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral da República, além do Banco Central do Brasil, do Conselho Monetário Nacional e demais interessados, para, ao final, com base nas disposições constitucionais invocadas, arts. 2º, 5º, II, 48, XIII, 62, 170, "caput", e 187, II, da Magna Carta, ser julgado procedente o pedido e declarados inconstitucionais os atos normativos inquinados (Resoluções 590, de 07.12.1979, 827, de 09 de junho de 1983, 1.576, de 02 de fevereiro de 1989, 1.577, de 02 de fevereiro de 1989, Circular 1.536 de 03.10.1989 e Resolução 1.799 de 27 de fevereiro de 1991, todas de autoria do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil em todos os artigos, parágrafos, incisos, itens e disposições neles contidas e citados nesta postulação, e inexigíveis seus efeitos no que se refere à aplicação da correção monetária no crédito rural pelos índices acima citados, e todos os demais deles derivados, que ultrapassem em cada caso concreto o índice de correção utilizado para reajuste dos preços mínimos dos produtos em espécie.

Pelas mesmas razões, e ainda para salvaguarda da independência dos poderes (Magna Carta, arts. 2º e 62) seja declarado inconstitucional o artigo 2º da Medida Provisória 1023 de 08.06.95.

Protesta por todos os meios de provas em direito permitidos, em especial depoimentos, juntada de novos documentos e perícias etc..

Dá-se causa, para fins de alçada, o valor de R\$ 10.000,00.

N. Termos.

P. Deferimento



Campo Grande, M.S., 27.06.1995.

(aa) YVON MOREIRA DO EGITO FILHO

Advogado, OAB MS 0601

(Consultor Jurídico Adjunto da  
Assembléia Legislativa)

CICERO JOAO DE OLIVEIRA

Advogado, OAB MS 3316

JUAREZ MARQUES BATISTA

Advogado, OAB, MS 843

#### REQUERIMENTO N° 2901-0

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após audiência do Plenário, seja inscrito nos anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Coronel José Augusto Daiello Ramalhete, residente nesta Capital, ocorrido no último dia 27.

Requer ainda que da manifestação deste Poder seja dado conhecimento à família do extinto, conforme endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O Coronel da Reserva do Exército José Augusto Daiello Ramalhete, falecido aos 61 anos de idade, era natural de Vitória, Espírito Santo, mas realizou a maior parte de sua longa carreira de armas no Paraná, onde constituiu família e onde residem sua esposa, agora viúva, filhos e netos, e onde foi sepultado. Após cursar a Academia Militar das Agulhas Negras saiu na Turma de 1956, que também deu brilhantes oficiais ao Exército e começou como aspirante na guarnição de Ponta Grossa, sendo promovido a Segundo Tenente em 25 de agosto desse ano.

A partir desse posto foi galgando progressivamente as escalas da Arma de Infantaria, em importantes organizações militares inclusive na vasta fronteira do Brasil, sempre revelando os dotes de um soldado disciplinado e eficiente, tanto na estruturação das tarefas a seu cargo quanto na instrução da tropa e depois de futuros oficiais da Reserva, quanto no comando de homens em armas: merecendo destacados elogios dos chefes e promoções especiais por merecimento.

O Coronel Ramalhete serviu em Porto Marinho, no Mato Grosso, em Foz do Iguaçu, no Paraná, no então CPOR, no 20º Batalhão de Infantaria Blindado, na 3ª Companhia de Tubarão e em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, além de atuar em relevantes funções no quartel General da 5ª RM/DE, em Curitiba, onde foi encarregado de escalões logístico e administrativo, além de Ajudante Geral do Comando dessa "Legião dos Heróis da Lapa".

Seja como instrutor, como encarregado de receber jovens recrutas incorporados ao Exército, como pacificador de índios na

fronteira, ou como oficial encarregado de zelar pela boa gestão de materiais bélicos e suprimentos destinados ao serviço militar, o Coronel Ramalhete sempre se portou com a correção e o zelo que fizeram de sua fé de ofício uma lição de profissionalismo e dignidade, até se recolher para a reserva após 36 anos de carreira, em 1988; distinguido por medalhas e reconhecimentos das autoridades da República e do Exército Brasileiro.

O Coronel Ramalhete era casado com dona Elde Mariza Quintiliano Ramalhete e deixa os filhos Ana Carolina, Cesar Augusto e José Augusto Filho e a neta Emanuelle, todos residentes em Curitiba.

Oficial com vários cursos de aperfeiçoamento e diplomado em Economia pela Universidade Federal do Paraná, o Coronel Ramalhete se destacou pela sua capacidade de compreender e operar a organização militar com raro senso de dever, motivo porque sua morte enlutou seus companheiro de armas e círculo de amigos, o que deixamos registrado neste pesar expresso pela Casa representativa do povo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 2901-B1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Orlindo Olegário, ocorrido em 19 de agosto do ano corrente.

Pessoa ligada à comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma, deixa uma tristeza entre amigos e familiares.

Requer, ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Theodoro Sampaio, 421 vila Taques - Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2901-C1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ennio Capri; ocorrido em 03.10.95 do ano corrente.

Pessoa ligada à comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma, deixa uma tristeza entre amigos e familiares.

Requer, ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Marques do Paraná, 839, Ronda - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2901-G1

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Canto Júnior, dia 29 de setembro p. p., em Ponta Grossa, neste Estado.

Requerem, ainda, que do teor do presente, se dê ciência à família, no endereço a seguir: Rua Santos Dumont, 573 - Centro - Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
PÉRICLES DE MELLO  
JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

O extinto pertencia a tradicional família pontagrossense, tendo nascido em 19 de maio de 1901. Deixa numerosa descendência: 03 filhos, 10 netos e 10 bisnetos.

Trabalhou sempre no comércio de sementes, sendo muito conceituado no ramo.

Foi um batalhador pelas causas da cultura e da história do Paraná. Participou do Centro Cultural "Euclides da Cunha" e foi membro fundador do Museu dos Campos Gerais, que hoje pertence à Universidade Estadual de Ponta Grossa. É autor do livro de crônica: "A menina dos meus olhos".

Seu passamento abriu uma irreparável lacuna no seio da família e dos amigos. Jamais se apagará de nossa memória e do nosso coração a lembrança do Sr. Augusto Canto Júnior pela grande amizade e amor dedicado a todos que com ele tiveram o prazer de conviver.

Estes Deputados propõem que esta Assembleia Legislativa se solidarize com a família enlutada pela grande perda.

#### REQUERIMENTO N° 2901-H1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 03 de outubro, do senhor Sebastião Osório Martins, vice-Presidente do Conselho de Segurança Municipal de Ponta Grossa.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada, residente à rua Senador Pinheiro Machado, 580 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
JOCELITO CANTO  
PÉRICLES DE MELLO

#### REQUERIMENTO N° 2901-R

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais RE-

QUER, após ouvido o Plenário, envio de congratulações ao Senhor Valério Odorizzi, presidente eleito da Associação de Moradores do Jardim Alvorada, da cidade de Maringá, em eleição realizada no dia 24 de setembro, domingo último.

Sala das Sessões, em 04.10.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No domingo, dia 24 do corrente, 1840 moradores do Jardim Alvorada, da Cidade de Maringá, foram às urnas. Foi escolhida nesta oportunidade a nova diretoria da Associação de Moradores, que irá dirigir a entidade por dois anos. A chapa vencedora obteve 1.195 votos, tendo sido eleito presidente o Senhor Valério Odorizzi.

O trabalho desenvolvido pelas Associações de Moradores de todo o Paraná, é merecedor de votos de congratulações diariamente, visto que os diretores destas entidades representam suas comunidades sem receber qualquer compensação econômica pelos trabalhos desenvolvidos.

#### REQUERIMENTO N° 2901-E1

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de Congratulações e muito aplauso ao casal Antonio e Sofia Novakoski que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 04.10.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2901-L1

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de Congratulações e muito aplauso ao casal Izaltino Leopoldino e Joaquina Valera que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu

propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 04.10.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2901-M1

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de Congratulações e muito aplauso ao casal Ima M.<sup>a</sup> De Borba e José Rodrigues Fagundes que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 04.10.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2901-J1

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ministro da Agricultura, Senador José Eduardo de Andrade Vieira, solicitando seja efetivada, imediatamente, a Securitização do Passivo (Dívidas) dos Produtores Rurais do Brasil.

Sala das Sessões, em 04.10.95

(aa) ORLANDO PESSUTI

e AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A Securitização do Passivo (Dívidas) é

a conversão das dívidas dos produtores rurais em certificados de produto, com garantia de aquisição governamental, que os destinará ao atendimento dos estoques públicos, merenda escolar, abastecimento das Forças Armadas e atendimento ao Programa Comunidade Solidária. Com opção, o produto físico ou futuro poderá ser colocado à disposição do mercado.

#### REQUERIMENTO N° 2901-P

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, com o apoio dos Senhores Deputados Antonio Toti Colaço, Augustinho Zucchi, Algaci Túlio, Antonio Belinati, Orlando Pessuti, Elio Rusch, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Luiz Carlos Martins, Valmor Trentini, Reny Borsatto, Eduardo Trevisan, Nelson Justus, Valdir Rossoni, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Edgard Bueno, João Techy Filho, Basílio Zarusso, Marquinhos Alves, o envio de expediente ao Excelentíssimo Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a elevação da Comarca de Campo Mourão à Entrância Final.

Sala das Sessões, em 04.10.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente Requerimento hipotecar irrestrito apoio a reivindicação da Comarca de Campo Mourão que, de posse dos mais irrefutáveis dados estatísticos, pretende a elevação de Entrância Intermediária para Entrância Final àquela Comarca.

A área territorial da Comarca em tela abrange os Municípios de: Campo Mourão, Roncador, Iretama, Janiópolis, Luiziana e Farol, com uma população global de 137.027 habitantes; possui cinco (5) Varas: 02 Varas Cíveis, 02 Varas Criminais e 01 Vara de Família e Anexos; as Varas Cíveis se encontram com excesso de processos, decorrentes do grande número de demandas que diariamente são ajuizadas (4.841 processos em 31.08.95); o prédio do Fórum local, com três andares, possui espaço suficiente destinado à instalação de mais três Varas; os serviços Pró Egresso e Apoio à Área da Infância e Juventude - (SAI), encontram-se aparelhados e instalados no edifício do Fórum; existem 14 Cartórios extrajudiciais, sendo 07 na sede (02 Tabelionatos, 02 Registros de Imóveis, 02 Cartórios de Protestos e 01 Cartório de Registro Civil), e outros 07 distritais nos Municípios de Roncador, Iretama, Luiziana, Janiópolis e Farol; é sede de três Zonas Eleitorais: 183.<sup>a</sup>, 141.<sup>a</sup>, e 31.<sup>a</sup>, no total com 87.648 eleitores inscritos; é a

terceira Comarca do Estado, depois de Curitiba e Londrina, a obter do Tribunal Regional Eleitoral sistema informatizado de inscrição e transferência de eleitores; é sede da Turma Recursal Regional dos Juizados de Pequenas Causas; é sede da 25ª Seção Judiciária do Estado, compreendendo as Comarcas de Campo Mourão, Mamborê e Peabiru; possui Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, esperando-se para breve a instalação da Justiça Federal Comum, conta também com quadro próprio da Procuradoria do Estado além de ser sede regional do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social; é sede da Subseção Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, que congrega 352 Advogados.

O Município de Campo Mourão conta com Defensoria Pública Municipal para defesa em Juízo de pessoas carentes; Conselho Tutelar; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e PROCON. Ainda no Município de Campo Mourão está instalada a FECILCAM - Faculdade Estadual de Ciências e Letras com cursos de graduação em Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Geografia, Letras e Pedagogia, além de várias disciplinas de especialização a nível de pós graduação; conta também com uma unidade do CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica; é sede da COMCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão e da ACAMDOZE - Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze; tem parque industrial avançado, destacando-se a COAMO - Cooperativa Agrícola Mourãoense, considerada a maior Cooperativa singular da América Latina; possui posição geográfica privilegiada, com entroncamento rodoviário ligando as principais rodovias do Estado, estando diretamente ligado, à rota do Mercosul, bem como está incluído no Anel de Integração do Paraná, projeto do Governo do Estado que interligará os principais pólos de desenvolvimento regionais; possui Aeroporto com pista asfáltica de 1.450 X 30 metros, dotada de balizamento noturno e estação de passageiros; conta com 04 emissoras de rádio, 02 jornais de circulação diária além de sucursais dos principais jornais de circulação estadual; possui estrutura para sediar encontros e congressos de grande porte estando incluído no roteiro de manifestações políticas, culturais e artísticas de nível nacional, destacando-se o espaço moderno Teatro Municipal recentemente inaugurado.

Por força de carreira da Magistratura e do Ministério Público, Juizes e Promotores, na maioria das vezes, deixam a Comarca para alcançar o posto de titular do cargo nas Comarcas de Entrância Final atualmente existentes.

Com a elevação que ora se pretende, os

Magistrados e Promotores de Justiça se fixariam na Comarca, criando raízes, podendo estruturar suas vidas de forma permanente e estável, o que por consequência melhoraria a prestação jurisdicional.

Por fim, manifesta-se toda a sociedade regional envolvida com o objetivo único, qual seja, o reconhecimento do justíssimo pleito de elevar à ENTRÂNCIA FINAL A COMARCA DE CAMPO MOURÃO.

#### REQUERIMENTO N° 2901-Q

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo identificado, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER ao Presidente desta Casa de Leis, que envie expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando a instalação de uma unidade da Delegacia da Mulher no Município de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba.

De acordo com o artigo 66, inciso IV da Constituição do Estado do Paraná, matérias que versem sobre criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública, são de iniciativa privada do Sr. Governador do Estado, razão porque, encarecemos vosso empenho para um rápido trâmite desta solicitação a fim de que possamos atender os apelos da população feminina daquele próspero município paranaense.

Sala das Sessões, em 04.10.95

(a) NELVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Colombo foi criado pelo Decreto n° 11 de 08 de janeiro de 1890 e instalado em 05 de fevereiro de 1890, possuindo 197 quilômetros quadrados e com uma população crescente.

O Município tem hoje 131.327 habitantes, dos quais 72.229 são do sexo feminino.

Um dos mais antigos do Paraná, o Município de Colombo necessita, urgentemente, de um órgão que possibilite à mulher defender a sua participação, independentemente e igualitária, numa sociedade em que sofre todo o tipo de violência física e psicológica, em razão dos preconceitos estabelecidos pelo homem.

Assim, há necessidade de se amparar a população feminina, que se configura como uma força especial e indispensável a todos os atos da vida em comunidade, com um órgão especializado e atuante, como a Delegacia da Mulher, que pelas suas funções institucionais previstas no art. 237 da Constituição Estadual, é especializada no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher, protegendo-a de qualquer tipo de agressão ou discriminação.

#### REQUERIMENTO N° 2901-S

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da Estrada 30 sequência da Estrada Gurucaia, que liga os Municípios de São Jorge do Patrocínio e Vila Alta, numa extensão de 35 quilômetros.

Do aprovado requer ainda seja comunicado a Senhora Dayse Meire Jardim, Prefeita Municipal de Vila Alta (Av. Tupi s/nº - CEP: 87.516-000); ao Sr. Aparecido Faleiros, Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio (Rua Mal. Cândido, 164 - CEP: 87.555-000); aos Presidentes das Câmaras dos respectivos Municípios, Vereador Geraldo Pedroso (Vila Alta) e Vereador José Avelino da Silva (São Jorge do Patrocínio); e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Des. Munhoz de Mello, 3.800 - Cj. 101 - Ed. Centro Comercial - CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, 04.10.95

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão é uma antiga aspiração daquela população, uma vez que Estrada 30 faz a importante ligação entre os Municípios de São Jorge do Patrocínio e Vila Alta.

Atualmente este trecho que tem uma extensão de 35 quilômetros, encontra-se em péssimo estado de conservação resultando em sérias dificuldades no setor de transporte de cargas, principalmente na época de comercialização da safra agrícola, como também no trânsito dos moradores das localidades, que em dias de chuva o acesso se torna difícil.

#### REQUERIMENTO N° 2901-T

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Armando Raggio, MD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a implantação do Programa "Centrais de Ambulância", para através do Consórcio de Saúde, atender os Municípios da Microrregião Onze.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos Srs. Prefeitos Municipais Elias Pereira da Silva (Alto Piquiri-CEP: 87.580-000); Jonas Xavier Pinto (Altônia-CEP: 87.550-000); Moysés Mendes Sanches (Cafetal do Sul-CEP: 87.567-000); José Antonio de Castro (Cruzeiro do Oeste-CEP: 87.400-000); Manoel Ribeiro de Oliveira (Douradina-CEP: 87.485-000); José Delapria (Francisco Alves-CEP: 87.570-000); Salvador Caetano da Silva (Iporã-CEP:

87.560-000); Sra. Elmida Panazzolo (Ivaté-CEP: 87.519-000); Jessé Batista Correa (Maria Helena-CEP: 87.480-000); José Braz Brilhante (Mariluz-CEP: 87.470-000); Luiz Sorvos (Nova Olimpia-CEP: 87.490-000); Gentil Scalco (Pérola-CEP: 87.540-000); Aparecido Faleiros (São Jorge do Patrocínio-CEP: 87.555-000); Pedro Lopes (Xambrê-CEP: 87.535-000); Wilson Lucena (Tapira-CEP: 87.830-000); Antonio Romero Filho (Umuarama-CEP: 87.501-130); aos Presidentes das Câmaras dos respectivos Municípios e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Des. Munhoz de Mello, 3.800, Cj. 101, Ed. Centro Comercial, CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 04.10.95

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A Microrregião Onze concentra expressivo número de habitantes em sua área rural, pois a maioria da população mantém suas atividades voltadas fundamentalmente para a agricultura, representando tal setor rural a base de sustentação econômica.

É cada vez mais crescente a carência dessa população quando se trata da saúde, pois as condições financeiras, a falta de transporte e a distância, dificultam o deslocamento aos centros médicos.

Muitas vezes o doente procura a Saúde e lhe é indicado o internamento hospitalar fora do seu município. Dessa forma, é de fundamental importância a implantação do Programa "Centrais de Ambulância" pois permitirá o deslocamento do paciente em condições ideais de transporte, e o tempo de espera será muito menor, pois basta a unidade de saúde acionar a central e solicitar a ambulância para efetuar o transporte.

#### REQUERIMENTO N° 2901-U

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, MD. Secretário de Estado da Educação e ao Ilmo. Sr. Paulo Maia, MD. Presidente do Conselho Estadual de Educação, solicitando o reconhecimento do Colégio Técnico - Ensino de 2º grau regular e supletivo, no Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Sr. Antônio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87.501-130); ao Vereador Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080); ao Sr. Yuri Ferruzzi, Diretor do Colégio Técnico (Rua Antonio Ostrenski, 3340 - CEP: 87.501-130 - Umuarama); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3.800, Cj. 101, Ed.

Centro Comercial - CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 04.10.95

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Tal reivindicação fundamenta-se no fato de que o referido estabelecimento de ensino oferta os cursos de Técnico em Eletrotécnica (já com duas turmas formadas) e Técnico em Eletrônica (com alunos cursando a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> séries), sendo que na região é o único estabelecimento que possibilita a formação nessa área, encontrando-se similares apenas em Cascavel e Maringá.

Assim, contamos com a colaboração dessa Pasta, no sentido de agilizar o processo de reconhecimento do referido estabelecimento de ensino, uma vez que o mesmo já foi apreciado pelo núcleo regional e tramita na SEED sob o protocolo n° 2.364.965-9.

**REQUERIMENTO N° 2901-V**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Sra. Fani Lerner, DD. Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Francisco Alves.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. José Delapria, Prefeito Municipal de Francisco Alves (Rua I.V. Boas, s/n°); ao Vereador José Miguel dos Santos Martins, Presidente da Câmara Municipal (Rua J. Ferreira, s/n° - CEP: 87.570-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800, Cj. 101, Ed. Centro Comercial - CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 04.10.95

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Francisco Alves, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos, transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamento através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

**REQUERIMENTO N° 2901-Y**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Embaixador

Luiz Felipe Palmeira Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para interceder junto à Embaixada Americana no sentido de ser implantado o Consulado Americano em Curitiba, podendo inclusive atender também os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, centralizando o Consulado na Capital Paranaense, conforme nosso requerimento datado de 14 de março de 1995, para o qual, infelizmente, até esta data não recebemos resposta.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência a todos os Senhores Congressistas do Estado do Paraná em Brasília.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme expusemos com bastante clareza em nosso Requerimento de 14/03/95 - "atualmente, para um simples visto turístico de entrada nos Estados Unidos, os paranaenses, catarinenses ou gaúchos necessitam recorrer aos despachantes ou viajar para São Paulo, acarretando despesas e perda de tempo".

O intenso fluxo de turistas que todos os anos, aos milhares vão em férias para cidades norte-americanas, inclusive empresários com viagens a negócios, muitas vezes com dia e hora marcada, ressentem-se de um consulado nesta Capital.

Como a legislação dos Estados Unidos e sua política externa não permitem a instalação de Cônsules honorários, o que facilitaria a implantação imediata da representação, a iniciativa para a vinda de um Cônsul da carreira com staff que deve ter o apoio do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia para atender não somente a população paranaense, como também todo o Sul, abrangendo nossos irmãos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A iniciativa poderia agora ser mais facilmente viabilizada, pois o empresariado do Paraná, ao formalizar o pleito, oferece um local (uma sala p. ex., com telefone e fax), ficando por conta dos americanos somente as despesas com o próprio pessoal. Esse local não precisa ser exclusivo, podendo ser um adendo e contar até com a infra-estrutura física e de pessoal, p. ex., Associação Comercial, Federação das Indústrias, Câmara do Comércio, etc.

O fato de sediar tal representação poderá trazer ainda vantagens institucionais e mais agilização nos contactos com os americanos, tanto nas áreas econômico-comerciais, quanto nas áreas de educação, turismo e tecnologia.

Tomamos, finalmente, a liberdade de sugerir ao nosso Ministro de Relações Exteriores, bem como aos nossos representantes no Congresso Nacional, que se avalie a



possibilidade de ampliar a iniciativa, propondo escritórios similares também à Alemanha, ao Japão, à Inglaterra, à França e a outros países com os quais nos interessa sobremaneira - por óbvios motivos - o estreitamento de relações. Poderíamos contar até com um Núcleo de Assuntos Internacionais, onde estariam sediadas as representações de nosso interesse, isso projetam a imagem do Paraná e gradativamente passaríamos a ser as portas de entrada e de saída de missões comerciais e turísticas, especialmente com a inauguração do nosso aeroporto internacional previsto para ser inaugurado no início de 1996, inserindo nossa região de vez, no horizonte econômico que vem extinguindo as fronteiras geográficas. A perspectiva é irreversível e se vislumbra real num futuro próximo. Com providências como essa, talvez possamos situar o Paraná em condições de acompanhar com mais propriedade o trem da história.

## REQUERIMENTO N° 2901-A1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solicitando adoção de medidas cabíveis e indispensáveis no sentido de solicitar informações sobre o valor que foi liberado da Secretaria para o Aeroporto de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) NELSON TURECK

## REQUERIMENTO N° 2901-D1

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de agilizar o atendimento do pedido de ligação de água feito através do protocolo n° 306685 no mês de agosto do corrente. A falta de água está causando muitos transtornos aos moradores da casa 404 da Rua 6, localizada na Vila Oster-rack, local onde deverá ser instalada a rede hidráulica.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 2901-F1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Ministro da

Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, e ao Presidente do Banco do Brasil, Senhor Paulo Cesar Ximenes, solicitando providências urgentes e imediatas para facilitação do acesso ao Crédito Rural pelos pequenos produtores, especialmente os cotonicultores do Paraná.

Requer ainda, seja enviado cópia para o Superintendente do Banco do Brasil no Paraná, Senhor Ernesto Uskagum Caposi.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) JOSÉ TAVARES

## JUSTIFICATIVA:

A grave crise que atravessam os produtores de algodão do Município de Pitangueiras (PR), com drástica redução da área plantada e de mão-de-obra, é exemplo claro dos problemas da cotonicultura paranaense face às dificuldades de acesso ao Crédito Rural junto ao Banco do Brasil. Para ilustrar melhor no caso de Pitangueiras, dos 725 empregos que o setor gerava anos atrás, apenas 125 devem ser garantidos neste ano. Na safra atual, além de centenas de trabalhadores perderem seu sustento, a redução da área plantada gira em torno de 46% em relação à safra passada. O resultado, é importante que o Ministro da Agricultura e o Presidente do Banco do Brasil saibam, é o êxodo rural, com consequente inchamento das favelas nos centros maiores e uma séria crise na produção agrícola do País. O Banco do Brasil facilita o acesso para produtores arrendatários, para aqueles que ainda possuem financiamento junto ao FINAME Rural e aqueles que, vendendo parte de suas propriedades para saldar em parte seus débitos junto ao banco, solicitaram o financiamento desta safra, através da carteira de Crédito Rural da instituição. O papel do banco do Brasil é dar apoio ao produtor e neste momento esclarecer, em definitivo quais são seus critérios de financiamento. Há que ter transparência. Hoje, enquanto o Governo Federal propala que tem recursos, as agências do Banco do Brasil dificultam na prática a liberação do crédito. Solicitamos, portanto em nome dos cotonicultores do Paraná, que o Ministério da Agricultura e o Banco do Brasil se pronunciem, sintonizados com as necessidades do meio rural. Que os financiamentos contemplem aqueles que querem trabalhar e produzir.

## REQUERIMENTO N° 2901-II

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Lubomir Antonio Fichinski Dunin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros para

construção de aterro sanitário, no Município de Inácio Martins.

A presente solicitação justifica-se pela real necessidade da construção de um aterro sanitário no município, que terá assim, um local apropriado para destinar o lixo acumulado, sem poluir os rios e agredir o meio ambiente, não colocando em risco a saúde dos munícipes.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 2901-X

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Ribas Carli, DD. Chefe da Casa Civil, referente à data do envio à Assembléia Legislativa, para apreciação, das mensagens relativas a regularização de Títulos de Imóveis da Colônia Tigre e Boa Ventura, no Município de Pitanga-PR.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) RENATO ADUR

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 389/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, a instituir atendimento especial, gratuito, às pessoas doadoras de sangue, em casas hospitalares públicas.

§ 1° - Considera-se atendimento especial, àqueles prestados gratuitamente por médicos, nos casos de consultas; por hospitais, nos casos de internamentos e por laboratórios, nos casos de exames.

§ 2° - São consideradas doadoras de sangue, as doações contumazes com pelo menos 4 (quatro) vezes ao ano.

§ 3° - A prova de doador deverá ser feita através de carteirinha ou de outra forma a ser instituída pelo Estado.

Art. 2° - Torna-se obrigatório o atendimento gratuito ao paciente em caso de consulta médica, exames laboratoriais e internamentos hospitalares.

Parágrafo Único - Em caso de internamento, não dispondo momentaneamente de vaga, o hospital procurado fica obrigado a manter contato com outros hospitais e armar a vaga necessitada.

Art. 3° - O Poder Executivo, através de sua Secretaria competente, regulamentará a presente lei, no prazo de 90 dias, instituindo as sanções para os casos de desobediência à lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

São públicas e notórias as dificuldades pelas quais passam os hospitais e o constrangimento familiar quando um ente seu necessita de sangue em casos de cirurgias ou transfusões.

Em todo o País faz-se campanhas para que mais e mais pessoas possam ser doadoras voluntárias e salvar vidas que ficam à mercê da benevolência de poucos. A escassez nos bancos de sangue é visível. Não são poucas as vezes que vemos na televisão aviso de chamamento para que pessoas possam se dirigir a algum hospital e doar sangue para cirurgia de emergência.

Nada mais justo, portanto, que essas pessoas, doadoras contumazes, quando necessitem de atendimento médico hospitalar, possa ter um tratamento diferenciado. São pessoas que voluntariamente atendem ao chamamento para socorrer pessoas que sequer conhecem.

E desumano quando pessoas como estas, que oferecem de si em prol da vida de outrem, sem pedir nada em troca, tenham dificuldades quando necessitam de consultas médicas ou internamentos em casas hospitalares no Estado.

Pela relevância social da matéria, pedimos aos nobres Pares desta Casa, o apoio a este projeto de lei.

##### PROJETO DE LEI N° 390/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação da Criança e do Adolescente de Cornélio Procópio", com sede e foro no Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação da Criança e do Adolescente de Cornélio Procópio" vem atuando, de forma abnegada, no sentido do resgate da cidadania da criança e do adolescente daquele município. Reconhece-la de Utilidade Pública, como estamos propondo, não só faz justiça a trabalho que desenvolve, como também contribui para o seu fortalecimento.

Para tanto, solicitamos o apoio dos nobres Deputados.

A "Associação da Criança e do Adolescente de Cornélio Procopio" - ACACOP, exerce um papel de fundamental importância no resgate da cidadania de crianças e adolescentes da comunidade procopense.

Aproximadamente quinhentas crianças e adolescentes são acompanhadas pela entidade, através de atividades educativas e recreativas, alcançando reconhecimento estadual às experiências produtivas tais como: fabricar bolas de capotão, sapatos, malharia e serigrafia.

A ACACOP, desde sua criação se propôs desenvolver um trabalho direcionado aos meninos e meninas carentes de 0 a 17 anos, que em função de uma estrutura social injusta, encontram-se marginalizados na sociedade, sem ao menos sonhar com a possibilidade de uma vida melhor.

A metodologia de trabalho da entidade, implica em um primeiro momento, na abordagem direta dos meninos nas ruas da cidade, através das Educadoras Sociais e posterior encaminhamento à sede da ACACOP, envolvendo-os nas unidades de produção e consequentemente a profissionalização e introdução ao mercado de trabalho, numa parceria com as empresas da cidade.

Atualmente 30 meninos estão registrados nas empresas, através de um termo de cooperação com a entidade, visando integrá-los à sociedade.

PROJETO DE LEI S/N  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica determinada a inclusão da disciplina "Espanhol" no currículo das Escolas de 1º e 2º Graus do Sistema Estadual de Educação do Paraná.

Art. 2º - Para que haja exatidão no cumprimento da presente lei, a Secretaria de Estado da Educação deverá tomar as providências para viabilizar o que se refere no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Com o advento do MERCOSUL intensifica-se entre os brasileiros a necessidade do conhecimento - mesmo que superficial - da língua espanhola, e principalmente entre nós, paranaenses. A posição geográfica do Paraná em relação aos demais Estados brasileiros, é diferenciada por razões de fronteiras com o Paraguai e Argentina. Dos quatro Países do MERCOSUL, o Paraná só não tem fronteira com o Uruguai, daí a necessidade de se ler, escrever e falar, pelo

menos o básico em espanhol.

Acreditamos na importância do aprendizado da língua espanhola para os nossos jovens, adolescentes e até crianças, por ser o MERCOSUL um Tratado que se solidifica e que se torna a cada dia irreversível, fortalecendo o intercâmbio comercial, industrial, jurídico e cultural entre os Países do Cone Sul. Nenhuma pessoa pode estar fora deste contexto, razão que cremos haver necessidade premente da inclusão da Língua Espanhola no currículo das Escolas de 1º e 2º Graus, não só das escolas da Rede Estadual de Ensino, como também dos colégios mantidos por iniciativa privada. Por isso, a nossa proposição é extensiva ao Sistema Estadual de Educação, que envolve as escolas públicas e privadas.

O artigo 205 da Constituição Federal diz: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Portanto, cremos que é nosso dever propor a inclusão da disciplina "Língua Espanhola" no currículo das escolas públicas e privadas, pois estaremos colaborando com o aperfeiçoamento do exercício da cidadania e a melhoria da qualificação para o trabalho, entre todos os paranaenses, com as vistas voltadas para a ampliação do mercado de trabalho qualificado, que é um dos objetivos do MERCOSUL.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente as boas-vindas ao Deputado Picareli, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa aprovou, ontem, a convocação do Presidente do BANESTADO, Luiz Antonio Fayet para prestar inúmeros esclarecimentos aos Srs. Deputados de todos os Partidos. Acho que é bastante oportuno que esta Casa adote uma posição: há muita curiosidade, há muita indagação, há muita coisa a ser perguntada ao Presidente do BANESTADO, Luiz Antônio Fayet. E o que queremos trazer a esta tribuna é a inconveniência de data previamente marcada para a presença de Fayet, quarta-feira, véspera de um feriado nacional.

É possível, não é novidade que o Parlamento, que as Casas de Leis em véspera de feriado tenham um comparecimento não

maciço, não muito grande de seus membros. Então seria até, uma expectativa de que aqui pudessem estar os 54 Deputados no dia marcado para a presença do Sr. Fayet. Mas conhecendo como conhecemos o Legislativo brasileiro é provável que poucos Deputados estejam aqui na véspera do feriado do dia 12. Seria bom que essa data fosse antecipada para terça-feira.

E no mais o que temos a trazer com relação à figura bastante criticada do atual Presidente do BANESTADO, é que ele poderia trazer uma grande contribuição ao Paraná, trazer uma grande contribuição ao Governador Jaime Lerner se pedisse demissão do cargo.

Tenho analisado como é que tem sido o trabalho do Sr. Fayet no BANESTADO, e ele conseguiu em apenas 9 meses de gestão, ele conseguiu se incompatibilizar com esta Assembleia, conseguiu se incompatibilizar com a maioria dos diretores do BANESTADO, conseguiu se incompatibilizar com quase todos os gerentes regionais e com a quase totalidade dos gerentes do BANESTADO. E já encontrei até clientes que não estão movimentando a conta no BANESTADO por insatisfação, com o péssimo trabalho, com a péssima conduta do Sr. Luiz Antônio Fayet na Presidência do BANESTADO.

Conheço a vida desse Banco pelo menos há 30 anos e nunca tinha visto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um Presidente que conseguisse tanta animosidade, criar tanta insatisfação em tantas áreas diferentes. Como o único Presidente chamado Luiz Antônio Fayet.

Ora, o que se comenta e o que a gente lê até pela imprensa é que até no Palácio Iguçu não se olha com muita alegria, com muita satisfação a continuidade do Sr. Fayet no BANESTADO, porque se dá mal até com quem manda no Governo do Paraná, se dá mal com esta Casa, se dá mal com os Diretores, com os Gerentes regionais, com os Gerentes e com alguns clientes. A quem interessa o Sr. Fayet continuar dirigindo uma instituição de crédito tão importante?

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um apelo que faço até ao Sr. Luiz Antônio Fayet, ele poderia trazer esta grande contribuição ao Governador Jaime Lerner, esta grande contribuição ao BANESTADO, esta grande contribuição ao próprio Paraná pedindo demissão, porque é sabido que o homem é arrogante. De vez em quando, para mim não falou ainda, mas sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que de vez em quando o homem ainda conta uma cascata que não pediu para ir para o cargo, qualquer coisa vai embora, como se estivesse fazendo um favor para o Paraná de continuar dirigindo o BANESTADO.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o homem acha que é um favor e o

Paraná não está vendo com bons olhos o seu trabalho em função de tão grande importância, deixamos aqui, diria até, é o que me disse outro dia o Jornalista Jamur Júnior, ele me dizia: "Olha, se você fosse Padre poderia dar um conselho ao Sr. Fayet para ele pedir demissão." Eu não sou Padre, mas eu queria também deixar este conselho, para o bem do Paraná, quem sabe para o bem do seu próprio Fayet, que ele vá descansar, que vá cuidar das suas empresas e que o BANESTADO possa ser administrado por quem realmente tem vontade de servir esse Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, lamentavelmente quero aqui como político ocupante de cargo há 27 anos na vida pública, dizer que nunca vi um Banco tão importante como o BANESTADO ser tão mal administrado como está nas mãos do Sr. Fayet.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)  
Sr. Presidente.

Na verdade gostaria de indagar à Mesa se a Liderança do Governo, depois de todas as idas e vindas se decidiu pela data que deverá estar aqui o "Secretário maravilha", o Secretário Cássio Taniguchi, para responder sobre as questões da Paraná Desenvolvimento.

Creio que caiu no esquecimento da Liderança do Governo a data, que estamos já cobrando dela a muito tempo a vinda do Secretário Cássio Taniguchi.

Queria, se V. Exa. pudesse, cobrar do Líder do Governo esta posição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como diz nosso companheiro Alborghetti: "Por favor, mais som na caixa, porque radialista gosta de falar e ouvir o que está falando."

Vou comunicar à Mesa que este Deputado usará o horário do PSC e usará, com consentimento do nosso companheiro Seleme o horário também do seu Partido.

O que nos traz a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados do Paraná, é um fato que qualifico como desabafo dos políticos de responsabilidade e, principalmente um desabafo dos radialistas do Paraná, políticos eleitos e que representam as cidades do Paraná.

Senti-me na obrigação, de homem de rádio que sou, de Deputado que trabalha cumprindo aquilo que prometeu na sua campanha, ouvindo a imprensa fazendo certos comentários, ouvindo o outro lado que é contra os radialistas e os políticos, resolvi

nesta tarde, em nome do respeito que se deve aos radialistas desta Casa, aos radialistas deste Paraná e aos políticos que somos todos aqui que não são radialistas, mas, mas que têm vergonha na cara e que representam as suas cidades e as suas regiões. É nesse contexto Sr. Presidente que quero dizer que o Paraná não agüenta mais técnicos de Governo, o Paraná não suporta mais os chamados, - nos chamaram de jacu, - eles são jacu do lado de lá.

Recentemente se falou isso sobre o trabalho que vêm desempenhando os radialistas. E os políticos atendem, como disse o próprio Presidente, atendem o cidadão, mas não atendem o Deputado; e o Deputado é, nada mais, nada menos que o detentor do voto do povo do seu bairro, da sua cidade e da sua região.

Quero neste momento defender principalmente os radialistas do Paraná, e que são candidatos nessas eleições e vão arrebanhar esses técnicos que não fazem nada, que sentam atrás das mesas e de lá querem dar as cartas do que vai ser definido na próxima eleição. Eles enganam a população, eles fogem da população, eles não têm vergonha, eles não têm coragem de dar a mão para o trabalhador no dia-a-dia, e muitos deles quando dão as mãos chegam em casa e vão lavar as mãos com álcool com medo de pegar alguma doença do povo.

São esses homens que querem dizer que o fulano pode ser candidato e que o radialista não pode ser candidato.

Ora bolas, se não são os radialistas e, principalmente os radialistas que cumprem aqui que prometeram em campanha, e após a campanha continuam trabalhando pela população. E aqui nesta Casa, imprensa aqui presente, está o exemplo de políticos, Deputados radialistas, que honram a profissão, que honram o seu mandato e as pesquisas burocratas desse Paraná, filhinhos de políticos apadrinhados, a burocracia não leva a lugar nenhum e só estão nos cargos porque foram os Deputados que conseguiram os votos para que eles estivessem lá.

E aqui o maior exemplo, as pesquisas para Prefeito nas grandes cidades do Paraná hoje colocam os radialistas na frente, colocam os comunicadores na frente não porque o radialista quer, porque a população quer, porque o povo quer, está aqui os exemplos de pesquisas sérias realizadas, Carlos Simões em todas as pesquisas o primeiro colocado; está aí o exemplo do Luiz Carlos Martins que também está sendo cotado; o exemplo do Algaci Túlio que também está sendo colocado de lado; temos aí o exemplo também de outros companheiros como o próprio Ricardo Chab e outros aqui do Paraná inteiro, como o Belinati em Londrina que também faz rádio e comunicação, co-

mo o Alborghetti que está aqui, que não é candidato, mas o povo quer que ele seja candidato, e ele se obrigará a ser candidato porque a pesquisa quer que ele seja, e ele não está pedindo voto, é o povo que quer que ele seja.

Então, Srs., ele é candidato porque a pesquisa quer.

**O Sr. Luiz Carlos Alborghetti** - Queria dizer que sou candidato a Prefeito de Londrina.

**O SR. JOCELITO CANTO** - E também quero aqui aproveitar a oportunidade para dizer que não é só no Paraná que isso acontece, fora do Paraná também está acontecendo.

No Rio Grande do Sul temos um jovem radialista Deputado eleito com a maior expressão das votações, em primeiro lugar nas pesquisas para ser Prefeito na grande Porto Alegre. Temos aqui no Plenário hoje a presença do Deputado Maurício Picareli que é cotado como o mais votado na próxima eleição nas pesquisas, é radialista, é homem de televisão que está aqui.

Então, chega nesse Paraná, Sr. Presidente, chega desses burocratas do Paraná quererem dar as cartas, dizer que o candidato tem que ser o Paulinho, Juquinha, Mariazinha, não são eles que têm que dizer, quem tem que dizer é o povo. E quero aproveitar para dizer àqueles que detêm o Poder, neste Paraná, que eles têm que respeitar as pesquisas, não adianta querer fabricar candidato, porque Maravilha é gente boa, porque Joãozinho é gente boa... chega de fabricar candidato! Vamos colocar aqueles que o Paraná e o povo estão querendo, através das pesquisas. Chega de manipulação, de empurrar goela abaixo da população!

Então Senhores, gostaria de fazer este desabafo hoje, como radialista, e também como Deputado, e pedir aos companheiros radialistas do Paraná, todos aqueles que trabalham em veículos de comunicação, vamos fazer uma campanha, porque nós temos a máquina, temos o poder, porque o povo nos deu!

Concedo aparte ao Deputado Tureck.

**O Sr. Nelson Tureck** - Queria só dizer ao nobre Deputado Jocelito, nesta Casa de Leis, aquilo que o povo de Ponta Grossa, na pesquisa, o Jocelito está em primeiro lugar. É o povo que manda. Na Cidade de Cianorte, o Edno Guimarães, 47%, numa pesquisa, lá em Cianorte. Temos também o exemplo de Umuarama, o Nelson Garcia, com 46%. Temos em Campo Mourão, o Nelson Tureck, com 40%. Então a voz do povo é a voz de Deus.

Tenho certeza que quando o povo quer um candidato, pelo seu trabalho, pela sua

humildade, pela sua simplicidade e acima de tudo pela sua política verdadeira, a política do feijão com arroz, que é a política que traz bons frutos, bons resultados, que é aquilo que se produz, que traz bons resultados, aquilo que o povo precisa, a verdade, a honestidade e a sinceridade.

Parabéns Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado pelo aparte, Deputado Edno, Deputado Garcia, desculpem, esqueci de citar os nomes, mas são companheiros nossos que estão encontrando também dificuldades até devido a estes burocratas.

Para finalizar, Senhor Presidente, gostaria de deixar mais uma vez claro diante deste Parlamento e diante do povo do Paraná, acho que está na hora de respeitar os verdadeiros políticos, está na hora de se respeitar aqueles que no dia-a-dia conversam com a população, seja através do rádio, da televisão ou do contato direto com as comunidades. É neste sentido que faço este desabafo hoje, e como Deputado, pela primeira vez político, na minha vida, gostaria que esta Assembléia fosse mais respeitada pelos técnicos que esquecem, que os técnicos respeitassem mais os políticos! Porque foram os políticos, os Deputados, que foram à luta, que trouxeram voto, que levaram a proposta, e fizeram com que a vitória acontecesse, e acontecendo a vitória os técnicos foram nomeados e estão aí a receber altos salários, às vezes até superiores aos nossos!

É em nome do povo do Paraná que faço este desabafo, esta tarde, eles só estão lá porque foram colocados pelo voto do povo do Paraná, através dos Deputados Estaduais.

Então era isso, que os radialistas sejam mais respeitados, no Estado do Paraná, principalmente que a vontade popular prevaleça, que as pessoas de bem, que aqueles que lutam pela comunidade, sejam eles quem forem, que tenham a oportunidade de participar, se assim entender a comunidade, nas próximas eleições. Mas não o fulaninho que está lá, num gabinete, com 200 assessores, todos eles patrocinados pelo dinheiro do Paraná, venham querer definir quem será o próximo Prefeito na Cidade do Paraná. Quem deve decidir isso é a população e cabe aqui um alerta aos Partidos, que os Partidos respeitem principalmente aqueles que são membros do Partido para que aja igualdade quando acontecerem as convenções e que vença realmente aquele que tiver o maior apoio popular. É nesse sentido Senhor Presidente que faço hoje esse pronunciamento, em nome da nossa classe e solicito aqui ao Sindicato da nossa classe de radialista do Estado do Paraná, que se

pronunciem, que se lembrem que não são para contribuição serve o radialista, mas que o nosso Sindicato do Estado do Paraná também se posicione do lado dos seus companheiros para que nas próximas eleições a gente possa mudar o quadro.

Senhor Presidente, o povo está cansado de técnicos que constroem grandes obras que não dá para comer, que constroem obras urbanísticas que não dá para comer que a barriga continua doendo. O povo quer lá no Poder, um Prefeito, um político que quando ele precisar a porta estará aberta. Ele não come asfalto, ele não come obras faraônicas que são feitas, ele precisa única e exclusivamente de um Prefeito que seja social, que atenda, que quando ele precisar de uma ajuda ele terá esta ajuda e não haverá aquela enganação, como é sempre de esperar, demorar, daqui um mês, dois meses.

Fique esse alerta e peço aos companheiros radialistas, não se esqueçam companheiros, que os técnicos Luiz Carlos Martins, Alborghetti, Ricardo Chab, Milton, Garcia, Edno, Carlos Simões, tão criticado devido ser o favorável na pesquisa, Algaci Túlio, quero lembrar os companheiros que esses técnicos só aparecem, só são ouvidos porque o rádio lhe dá oportunidade de aparecer e mostrar o que eles às vezes nem estão fazendo.

Então está na hora de um basta, uma campanha de moralização do nosso político do Paraná, que seja feita a vontade do povo e não mais a vontade de meia dúzia de engravatadinhos, que querem definir o futuro desse Estado. Tem que se atender o que o povo quer, e é nesse sentido que deixo esse manifesto, que a população entenda que todo mundo tem o direito de participar, mas direito de participar bem diante do povo e não aqueles fabricados, uma fábrica de políticos da esquina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago hoje nessa tribuna, um assunto que já por diversas vezes foi comentado e é uma preocupação, porque há muitos e muitos anos se comenta, se fala em Reforma Agrária, está aí o Deputado Orlando Pessutti para nos apoiar nessas idéias, o Deputado Zuk que é da área agrícola, mas a gente tem um programa de assentamento na região de Prudentópolis, e gostaria de fazer esses comentários, mostrar o programa da maneira como foi idealizado e como está sendo cumprido até como mérito.

Foi feito um programa onde foi ajunta-



do recursos do exterior e foram adquiridas pequenas áreas rurais e assentadas famílias para que eles não ficassem como simples funcionários terem a sua própria propriedade. E esse programa, 430 famílias ganharam a sua área e num programa a um custo baixo, ouvindo o pronunciamento e os comentários dos Deputados da área agrícola que falam em 20, 30 mil reais para assentamento, nesse programa foram gastos 2, 3 mil reais, na época, 2, 3 mil dólares. Com esse recurso inicial onde 430 famílias foram assentadas, elas vinculariam essa propriedade a um pagamento anual na base de sacos de feijão. Com esses recursos, seriam adquiridas novas propriedades e assim o programa daria continuidade.

Pelo menos essa primeira etapa foi concluída, as famílias hoje estão assentadas, mas existe a dificuldade que só a terra para o agricultor não convém, precisa ter uma infra-estrutura, mais recurso e é por esse motivo que a gente está até com os autores desse projeto e que iniciaram esse programa e hoje ele está batendo em todas as portas para ver se alguém mais apóia. O programa é de baixo custo e daqui para frente, depende-se de um apoio a esse projeto inicial onde essas 430 famílias já estão assentadas e dependem de mais um esforço, assim que eles consigam melhores produções e vão continuando pagando à base de feijão e adquirindo novas áreas de terra. Estão aí os autores desse programa e qualquer dúvida, poderiam dar explicações. Queria apresentar o projeto que já realmente existe e está dando certo numa primeira fase e depende muito de os Senhores Deputados apoiarem e aprovarem e reconhecerem um programa desse e nas suas regiões, estabelecer, junto com o programa de agricultura, de assentamento do INCRA, enfim, utilizar esse programa muito interessante.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a voz suave do Deputado João Techy, vamos ouvir a voz do nosso Deputado Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, subindo à tribuna hoje, muitos Deputados vão estranhar a presença de objetos aqui, mas que são de suma importância, principalmente para a nossa região de Campo Mourão.

Dizer aos Senhores que nós apresentamos um requerimento enviado ao Governo Jaime Lerner para que seja a região de Campo Mourão, reconhecida como pólo regional da indústria de alimentos. Já tivemos a região de Apucarana, já tivemos a região de Maringá, já tivemos a região de Guapava, a região também de Foz do Iguaçu e agora com esse projeto brilhante é a única

saída para a nossa região. A nossa região que dá o milho, o trigo, o feijão, o arroz, a mandioca, piscicultura, apicultura, suinocultura, pecuária, e o que plantar na nossa região produz. E vemos, hoje, a região de Campo Mourão uma das cidades maiores que menos gerou emprego. Que perdeu o poder da geração de emprego.

E com esse programa, Senhor Presidente, com esse programa da criação desse pólo regional da indústria de alimentos, queremos aqui, já, trazer a viva testemunha da criatividade, mesmo em épocas difíceis, queremos dar o exemplo. E iremos programar e agendar com o Governador para ir até Campo Mourão para fazer esse lançamento. E estou aqui para trazer aos Senhores um exemplo vivo, uma realidade de um município vizinho de Campo Mourão - Araruna. O Prefeito criou uma indústria de alimentos e só esse mês de agosto, Senhor Presidente, foram levados para o Japão 3 containers lotados, aproximadamente, de 60 a 70 mil latas de feijão temperado, que vão para o Japão.

Precisamos, realmente, reconhecer a nossa região e tenho certeza que daqui 4 anos, Alborghetti, a região de Campo Mourão vai ser reconhecida não só no Estado do Paraná, mas sim no Brasil, vai ser reconhecida no exterior a exemplo do que temos com a nossa indústria Pinduca, e aqui parabenizamos essa Indústria Pinduca lá do Município de Araruna. Temos aqui a Pinduca que já é uma tradição e que o Paraná, a Bahia, o Mato Grosso e que o Nortão conhecem a tradição.

E agora queria fazer uma demonstração aqui para os Senhores Deputados da importância. Temos aqui, agora, o recente projeto da ervilha que está sendo industrializada por esta indústria Pinduca. Temos o abacaxi em calda, o abacaxi em fatias, temos, também, o sagu, o polvilho, o amendoim, o trigo para kibe, a quixerinha, a canjica, a farinha de mandioca torrada, a farinha de mandioca branca, o amido de mandioca. Temos vários produtos, aqui, que poderão ainda ser industrializados que é o exemplo do figo. São 50 mil quilos de figo e trezentos mil quilos de pepino na cidade de Iretama e mais cem mil quilos de pêssego também da cidade de Iretama.

Portanto, este é um projeto de suma importância para a região da CONCAM que tenho certeza que daqui 4 anos será reconhecido como um dos maiores pólos da indústria de alimentos do Paraná e do Brasil, para que realmente venha o verdadeiro fortalecimento e o crescimento daquela nossa região que é exclusivamente agrícola. Fiz uma comparação e fui ao supermercado, fui a um armazém e a uma mercearia, e mais de 30 mercadorias que estavam ali, tínhamos mercadorias de São Paulo, Rio

Grande e Santa Catarina. O que adianta plantarmos, produzirmos e vai gerar gerar imposto para outros Estados e o nosso Estado fica aí sem emprego, sem arrecadação.

Portanto, Srs. Deputados, tenha certeza que com esse Projeto do Governo Jaime Lerner, "Paraná Mais Emprego", e com esse grande Projeto de desenvolvimento da nossa região, que é o pólo regional da indústria de alimentos estaremos contribuindo com este Paraná, pelo engrandecimento, principalmente da nossa região.

Srs. Deputados, queria aqui também dizer que recebemos e vamos fazer um projeto, um projeto para ser encaminhado ao Governo do Paraná, referente a importação e exportação. O Paraná hoje, Sr. Presidente, o Paraná, Srs. Deputados, temos hoje um consumo de 800 mil toneladas de algodão e nossa produção hoje ela é de 400. E o que vamos pedir ao Governo, Srs. Deputados, é que no primeiro semestre de cada ano o Governo não importe algodão, não traga algodão em pluma, não importe, porque ele vem de lá sem ICM, ele não existe a cota nenhuma, enquanto que os nossos exportadores o ICM vai para o algodão e pluma, temos que pagar 13%.

Sr. Presidente, estamos aqui na condição de produtor industrial e exportador de algodão há mais de quarenta anos. Tomamos a liberdade de sugerir a V. Exa. algumas medidas...

(Término do horário).

Sr. Presidente, poderia usar o horário da Liderança do PDT.

(Assentimento).

O Sr. Luiz Claudio Romanelli: Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Nelson Turek, V. Exa. sobe à tribuna e faz um pronunciamento e relata na verdade o sucesso de suas cidades, Iretama e Araruna, especialmente delas, Iretama, com grande responsabilidade na sua ação política e do Deputado Orlando Pessuti, representantes daquela comunidade, e que é diretamente responsável pelo desenvolvimento dessas culturas no município. E Araruna V. Exa. também faz um relato sobre uma empresa paranaense extremamente bem sucedida, instalada naquele município há mais de 30 anos, de propriedade da família do Prefeito Hermes, enfim, que são empreendedores e que estão trabalhando há muitos anos naquela região.

Eu, na verdade, gostaria de fazer uma indagação a V. Exa. no sentido de saber o seguinte, o que é que o Governo Jaime Lerner já investiu em termos da industrialização da região da CONCAM neste período aqui agora? Se V. Exa. dispõe desses dados para poder nos fornecer.

Era este o meu aparte e queria parabe-

nizar V. Exa. de contar as boas coisas da nossa terra, da terra onde o Deputado Toti Colaço, de Araruna, onde eu mesmo também tive expressiva votação, ficamos muito felizes em ver V. Exa. na tribuna relatando as duas coisas daquela progressista cidade que já foi atendida pelo Toninho Rorato e hoje é atendida pelo nosso Prefeito Edson.

Meus parabéns a V. Exa. e fica aqui, se V. Exa. dispõe dos números, dos investimentos realizados na CONCAM pelo Governo Jaime Lerner.

O Sr. Antonio Belinati: Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Nelson Turek, evidentemente que sabe o Deputado Romanelli, está até dando risada, olha que risada gozada do Romanelli, que V. Exa. não tem os dados em mãos. Mas convidaria o nosso grande amigo, Deputado Romanelli, para passar algumas horas no meu gabinete que tenho lá todos esses dados e poderíamos passar uma tarde toda lá, lendo todos esses relatórios, Deputado Romanelli, com muita alegria e o café lá é bom.

O SR. NELSON TUREK - Só para responder ao Deputado Romanelli, dizer o seguinte, Deputado, estamos fazendo este projeto da industrialização na nossa região agora.

Estamos levando e vamos levar o Governador, a equipe do Governo e convidamos V. Exa. no lançamento que faremos em Campo Mourão como pólo regional da indústria de alimentos e neste lançamento ali estarão o município de Peabiru, ali estará o município de Araruna, Farol, Loislana, Roncador, Iretama, para que juntos apresentem as suas propostas de industrialização e tenho certeza que a partir do ano que vem após implementação deste projeto na nossa região e que o Governo, conforme a necessidade da industrialização de cada cidade, com a diversificação que temos ali, Município de Peabiru é diferente lá do Município de Iretama, que vemos uma diversificação muito grande hoje, e no qual temos que sempre parabenizar o Prefeito de Iretama por aquele trabalho que ele fez em prol da pequena propriedade.

É só com a diversificação que poderemos dar continuidade a um processo, principalmente na área da industrialização na nossa região que é a diversificação da pequena propriedade.

Dizer ainda a respeito do nosso algodão e no qual iremos apresentar um Projeto que é de suma importância, não só para o Paraná, mas sim para o Brasil. Dizer aos Srs. que a equalização do ICM da importação e exportação de algodão em pluma, na importação os impostos são zero e o ICMS também é zero para o nosso Estado, e prin-

principalmente ao Brasil.

(Lê):

"Campo Mourão, 26 de julho de 1994.  
Senhor Governador.

Na condição de produtor, industrial e exportador de algodão a mais de quarenta anos, tomamos a liberdade de sugerir a V. Exa. algumas medidas, que poderão ser tomadas pelo Governo Estadual, para incentivar uma maior produção de algodão em caroço.

- Equalização do ICMS na importação e exportação de algodão em pluma;

Importação:

ICMS = 0% - A indústria têxtil paga o ICMS e se credita do ICMS em conta gráfica (algodão de procedência externa).

Exportação:

ICMS = 13% - Modificação: Mesmo tratando da indústria têxtil ou seja, paga o ICMS de 13% e se credita em conta gráfica. (Algodão de procedência nacional). Deveria por maior razão que o produto nacional tivesse preferência sob o produto externo.

Algodão mercado externo, Índice B de Liverpool US\$ 80,00 em 22.07.94.

A indústria têxtil importa ao preço de US\$ C/lb 80,00, com vencimento seis meses a preço de mercado internacional, podendo prorrogar-se por mais seis meses. Para pagar o algodão nacional como só existe um mercado interno, pois a exportação é gravosa; paga 13% de ICMS no porto e não se credita em conta gráfica, a indústria têxtil paga internamente US\$ C/lb 80,00 menos 13% de ICMS (10,40) ou seja US\$ C/lb 69,60 ou até menos por ter financiamento a juros baixos pagando abaixo dos US\$ C/lb 69,60.

Se o Governo Estadual tomar esta medida a indústria forçosamente terá que pagar US\$ C/lb 80,00, gerando o segundo mercado a vista e escoamento fácil, acarretará também um terceiro mercado que são as empresas exportadoras e importadoras do mercado mundial.

**MEDIAS QUE PODERÃO SER REIVINDICADAS PELO GOVERNO ESTADUAL JUNTO AO GOVERNO FEDERAL.**

Conseguir uma alíquota de imposto de importação para compensar os incentivos dos países exportadores e os juros baixos do mercado internacional. Vincular o imposto de importação, para incentivar as exportações de algodão na mesma proporção cobrada na importação e o saldo desta conta, pois o excedente exportável é menor que o importado.

Vincular para operações de AGFS e EGFS principalmente AGFS, para o Governo Federal manter o estoque estratégico para indústria têxtil, no mínimo de dois meses, gerando um quarto mercado para algodão em pluma.

A alíquota do imposto de importação

deverá ser definida por cooperativas, maquinistas, produtores e exportadores.

Suspender as importações em cada ano no primeiro semestre, para dar prioridade ao algodão nacional.

Deixar livre as importações a partir do segundo semestre de cada ano, onde a produção dos países exportadores é maior, pois, a safra é no segundo semestre.

Limitar as importações só para indústria têxtil, de acordo com o consumo semestral.

Assim, Sr. Governador, fazemos a presente sugestão esperando que a mesma seja submetida à apreciação dos órgãos competentes.

Sem mais, contando com a peculiar atenção de V. Exa., desde já fazemos os nossos agradecimentos e colhemos o ensejo para apresentar-lhe os nossos protestos de elevar estima e distinta consideração.

Cordiais saudações,

(a) LUIZ GONZADA DUTRA

Exmo. Sr.

Dr. Jaime Lerner

DD. Governador do Estado do Paraná

Curitiba/PR"

Acredito, Senhores Deputados, precisamos é valorizar o nosso algodão, precisamos valorizar o nosso agricultor aqui; para que estar importando algodão que não se paga ICMS, e ao exportarmos o algodão estamos pagando 13%. Nesse Brasil precisamos incentivar o plantio do algodão aqui no Brasil, que é a geração de empregos que vamos ter mais nesse País. E vemos isso ao contrário. O Estado vai ganhar se fizermos isso, e o Governo Federal, o Brasil vai ganhar. É por isso Senhores Deputados que vamos conversar, precisamos de diálogo, e temos certeza que é um projeto de futuro para os nossos municípios do interior, principalmente para o Estado do Paraná, que queremos ver um Estado pujante, progressista.

Era isso Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado  
Ângelo Vanhoni.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar com muita alegria, com muita satisfação as visitas honrosas a essa Casa do Augustinho de Andrade, Vereador; José de Oliveira Zavanetti, Vereador; Maurício Emerenciano, Presidente do PDT; e do Senhor Natanael Emerenciano, vice-Prefeito do Município de São João do Ivaí, que orgulha essa Casa assistindo a sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado  
Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não é com tanta alegria como o Deputado Belinati informou a presença de visitantes ilustres, no Plenário da Assembleia, que gostaria de citar a presença de 146 parnanguaras que hoje estão nas galerias da Assembleia Legislativa, trabalhadores daquela cidade, aposentados que prestam serviço ao Porto de Paranaguá, e que viram seu contrato de trabalho sendo suspenso de forma autoritária e truculenta pela administração da Superintendência do Porto de Paranaguá.

Senhor Presidente, os trabalhadores do Porto de Paranaguá, com seus sindicatos, aqui representados, têm duas preocupações. A primeira preocupação é aquela que já foi motivo de debate nesta Assembleia, porque como todos os Senhores sabem o Departamento da União concedeu o aforamento, de uma forma irregular, de forma ilegal à Companhia Centro-Sul, vendendo, de maneira ilegal, por 23 reais o metro quadrado, uma área que pertence à União e ao Porto público do Estado do Paraná.

Mais uma preocupação trazem ainda os trabalhadores, a forma como foi suspenso seu contrato de trabalho. Hoje os trabalhadores aqui reunidos, com suas representações sindicais, já tiveram contacto com o Líder do Governo, Deputado Algaci Tílio, e esperam do Governo a possibilidade de rever estas demissões. Não é possível que permitamos que as pessoas sejam tratadas apenas como objetos. São seres humanos, pais de família que com este trabalho laborioso no Porto de Paranaguá, sustentam suas famílias. A administração do Porto de Paranaguá não pode fazer este tratamento aos trabalhadores portuários da nossa cidade do litoral.

Por isso faço um apelo ao Deputado Algaci Tílio, que faça todos os esforços para que o Governador do Estado, o Chefe da Casa Civil, receba a comissão dos trabalhadores portuários para que possamos enxergar um caminho para solução deste problema que aflige as famílias dos portuários.

Muito obrigado, e tenho certeza que a Assembleia Legislativa, sensível a um problema que acontece hoje, em todo Brasil aonde a demissão dos trabalhadores, vítima do Plano Real, vítima da recessão, está atingindo e afligindo a família brasileira, e nós não podemos permitir, desde que não haja motivos gravíssimos a demissão de trabalhadores, na faixa portuária de nossa Cidade de Paranaguá.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.

É com alegria que subo a esta tribuna porque pela manhã, com o apoio do Deputado Federal, Micheletti, conseguimos junto à gerência do setor de habitação da Caixa Econômica Federal de Curitiba a suspensão do despejo de 70 famílias de Telêmaco Borba, do núcleo São Francisco que já tinham perdido a ação na Justiça, por inadimplência. Na verdade um conjunto de casas populares, 500 casas de 25 m<sup>2</sup>, terrenos com alta acilividade, com uma série de problemas de construção, tendo que pagar uma média de 90 a 100 reais por mês, sendo que a renda média familiar é de um e meio salário mínimo.

Ontem estas famílias fizeram uma manifestação pública em Telêmaco Borba e graças a essa mobilização estiveram presentes na reunião de hoje de manhã o Presidente dos Mutuários de Ponta Grossa e região o Presidente dos Mutuários do Núcleo São Francisco e mais Lideranças de Telêmaco Borba. Graças a essa mobilização que essa vitória foi conquistada. E a conversa que tivemos com os Diretores da Caixa que nos deixou estarrecidos, cada vez mais temos consciência do absurdo da moradia popular em nosso País.

Nesse período de alta inflação e alta taxa de juros acontece um verdadeiro paradoxo uma coisa que só nesse País é possível de acontecer. Um mutuários de qualquer casa do Sistema Federal de Habitação que foi construído no período Collor de Mello, num período de alta inflação em nosso País o saldo devedor da sua casa é maior que o valor de mercado, às vezes o dobro do valor de mercado. Isso significa que se o mutuário do Sistema Financeiro de Habitação deixar de pagar a sua casa, a Caixa colocará a casa em leilão com preço mínimo que é o saldo devedor e ninguém vai aparecer para comprar, e se ele comprar de novo a mesma casa ele vai pagar a metade do preço, a metade do saldo devedor que ele tem hoje. Esse é o paradoxo aqui no nosso País.

Portanto, não podemos entender qualquer tipo de ação de despejo contra mutuários pobres, trabalhadores de baixa renda, porque é um absurdo. A solução coletiva que deve correr no Brasil é justamente essa, a Caixa Econômica renegociar com todos os mutuários o valor de mercado das casas onde eles vivem. Além dos graves problemas da questão do superfaturamento, além dos juros distorsivos que aumentou o saldo devedor durante o período de inflação alta, essas casas no período Collor de Mello foram superfaturadas e temos um exemplo na Cidade de Pato Branco, do nosso compa-

nheiro Deputado Zuk, temos dados aqui que nos revelam que foi comprovado um superfaturamento na construção do Núcleo Habitacional Planalto de 28,19%. Foi feita uma análise do superfaturamento, a justiça comprovou, deu parecer favorável a essa análise foi reduzido o valor das prestações em 28,19% que é o valor da redução do custo da casa porque é um superfaturamento.

Na verdade o que aconteceu em nosso País inteiro foi um enriquecimento ilícito de empreiteiras e de cooperativas, de pessoas que se aproveitaram das maracutaías da Caixa Econômica, da condição em nosso País, e quem já empobreceu, foi o povo já pobre e já sofrido, o trabalhador de baixa renda.

Mas repito, que é uma imensa alegria que trazemos hoje, nós que fizemos um discurso nessa tribuna ontem a tarde, é com imensa alegria que trazemos a notícia, pelo menos a vitória parcial de suspensão desse despejo por 60 dias até que as famílias possam negociar com a Caixa Econômica.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, o motivo principal que me traz à tribuna desta Casa nesta tarde, diz respeito a esse problema secular que hoje volta a ser estampado nas páginas dos jornais do País, no que diz respeito a Reforma Agrária, e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

O Movimento dos Sem-Terra que vive um momento importante no seu processo de organização. Escutando alguns Deputados em sessões anteriores, se manifestar sobre a questão da terra, ficamos de uma certa forma, numa posição completamente equivocada que alguns Deputados manifestam a respeito da questão da terra, desconhecimento de causa, que também articulistas de vários jornais do Paraná e do Brasil, nesse momento que os Sem-Terra passam a valer a sua força e sua organização, exigindo uma Reforma Agrária justa.

Deputados chegando a comparar Sem-Terra com sem sapatos, sem roupa, sem automóvel, como se fossem coisas que pudessem ser comparadas. Importante é entender que a terra é um meio de produção, através da terra a pessoa pode extrair a sua sobrevivência e da sua família. Mas a terra é um meio de produção muito particular, um meio de produção muito diferente da indústria, porque a indústria é um meio de produção que se pode produzir ao infinito. Não existe limite para o número de indústrias num País, num Estado ou numa cidade. Agora, a terra tem um limite natural, o limite de território. O Brasil tem 8.500.000 km<sup>2</sup> de terra e nada mais. Se uma pessoa só for dona desses 8.550.000 km<sup>2</sup> ninguém mais pode ter acesso à terra e é exatamente o

que acontece em nosso País. Os dados são estaremcedores, as estatísticas cada dia mais apontam para um processo monstruoso de concentração da propriedade da terra.

Hoje nesse País continente 2% dos grandes proprietários de terra, os grandes fazendeiros são donos da metade do território do Brasil e milhões de famílias pelas estradas, vindo embora para as cidades, morando nas periferias por não ter emprego, por terem abandonado a terra por uma política agrícola que há muito tempo privilegia o grande proprietário capitalista, o grande arrendatário capitalista e nunca destinado ao pequeno produtor rural e este sim gera uma quantidade enorme de emprego e a sobrevivência para si e sua família e produz as mercadorias necessárias para a sustentação da classe trabalhadora.

É com espanto que ouvimos companheiros dizerem que um grande fazendeiro está sendo injustiçado porque sua terra é produtiva, apesar de ser muito grande e, portanto, não poderia ocorrer ocupação. Para ser justo, é preciso distinguir as injustiças. De um lado existem homens que não podem comer e sobreviver. De outro, pessoas que têm milhares de hectares de terra e é justo em nome da justiça social que sejam desapropriadas partes dessas terras para poder distribuir terras para os outros terem como viver.

Se pegarmos a história do Brasil no que diz respeito à questão agrária, vamos ver uma periodização histórica de extrema importância. Primeiro tivemos as Sesmarias onde a Coroa Portuguesa distribuiu gratuitamente grandes extensões de terra para os apaniguados do rei. Isso foi por todo o período colonial, depois no período do Império. Só em 1850 é estabelecida uma chamada "Lei de Terras" e os sociólogos dizem: "Até 1850 a terra era livre mas o homem era prisioneiro, era cativo", porque o trabalhador era escravo e os grandes capitalistas da época, poderiam conquistar a terra gratuitamente. Fechavam uma grande área e passavam a produzir para exportação, comprando a mão-de-obra escrava que era o seu capital fixo.

O homem era prisioneiro quando a terra era livre. A "Lei de Terras" transforma a terra em prisioneira.

É o cativo da terra, porque se prepara no Brasil a abolição da escravidão e os interesses dos grandes fazendeiros impedem que o novo liberto possa, sem dinheiro, ocupar e cercar um pedaço de terra para produzir, porque com a abolição da escravidão, se continuasse valendo a legislação anterior, o novo liberto ia ser o proprietário da terra, porque ia cercar livremente uma terra. Então a "Lei de Terras" estabelece que a



partir de 1850 é só com dinheiro que se pode ter acesso à terra, para impedir que o homem pobre, libertado, possa ter um pedaço de chão para viver.

Mas, Sr. Presidente, quando fizemos a "Proclamação da República do Brasil", em 1889, passamos a viver o período da República dos Coronéis. As terras que pertenciam à União são repassadas para o poder dos estados da federação e aí temos a "República dos Coronéis". As terras devolutas: quem tem poder sobre elas são os presidentes de províncias e os governadores de estados e aí começamos um momento em que os apaniguados do governo dos estados, inclusive do Paraná, têm direito a pegar e grilar de todas as formas, enquanto o trabalhador pobre continua sem terra e a reforma agrária não acontece no país.

As vésperas de 64 quando pela primeira vez em nossa história a classe operária se organiza em grandes sindicatos, os trabalhadores do campo e das cidades se mobilizam, surgem as ligas camponesas, surgem também aqui a tradição de luta camponesa do Oeste e Sudoeste do Paraná, conquistada pelos gaúchos que vieram primeiro para Santa Catarina e depois conquistaram o Oeste do nosso Estado, essa tradição de luta pela reforma agrária começa a manifestar as grandes oligarquias agrárias mais uma vez, mancomunadas com o capital internacional.

O braço armado à burguesia e ao regime militar, instalam um regime autoritário e não faz reforma agrária alguma. A reforma agrária que se faz é a modernização autoritária e conservadora da agricultura. Essa modernização que traz máquinas e insumos agrícolas produzidos por multinacionais, que faz uma assistência técnica voltada à grande produção destinada à exportação que dá subsídio para ocupação da Amazônia, além fronteiras, e destrói a pequena produção.

A pequena produção histórica que veio aqui, conquistar o Paraná, os camponeses, os migrantes alemães, os migrantes ucranianos e poloneses que vieram conquistar a Região Sul, os gaúchos que vieram conquistar o Oeste, os mineiros, os paulistas que vieram conquistar o Norte Velho e o Norte Novo do Paraná. Esses são massacrados pela política agrícola concentradora da propriedade, que faz a modernização autoritária, que aumenta a produção de grãos - como nunca antes aconteceu, mas destrói o homem!

O país paradoxalmente mais uma vez produz mais grãos mas o povo fica mais pobre, abandona a terra e vem morrer à míngua na periferia da cidade.

Se não tivermos o contexto da compreensão da terra é muito fácil ficar defendendo jagunço e capanga de grandes grilei-

ros de terras que dominam este país de Norte a Sul.

Com isso, fazemos deste pronunciamento uma defesa do "Movimento Sem-Terra". Nós que fomos à Inácio Martins em 92 assistir ao funeral de Pedro Dias, morto com balacho de Winchester no pescoço para defender a terra para seus filhos. Nós que conhecemos a crucificação de Texeirinha, morto de forma mais vil, pela Polícia Militar deste Estado, a mando de um Governador que se fez muita coisa boa, impedindo o despejo do sem-terra, por um lado, permitiu o assassinato e a crucificação de um trabalhador sem-terra da forma mais vergonhosa e violenta. Humilhado antes de ser morto, perto de seus próprios filhos, perto de seus próprios companheiros.

Essa é a história da terra. E nos solidarizamos ao "Movimento Sem-Terra". Porque a história comprova no Brasil que sem luta, sem organização popular, sem ocupação de terra a reforma agrária não acontece de forma alguma. O Sr. José Sarney prometeu no seu Governo de assentar um milhão de famílias e quantas assentou? Livros lançados, grandes propagandas de reforma agrária que não saíram do papel. Mais uma vez o Sr. Fernando Henrique Cardoso promete, promete e é preciso a ocupação, a luta organizada para que ele mude o Diretor do INCRA e comece, talvez, a implementar um Programa um pouco melhor de reforma agrária.

Dizia o ilustre Deputado Cezar Silvestri, nosso companheiro, que uma das fazendas ocupadas, Fazenda Fundo Grande, em Cantagalo era uma Fazenda produtiva. E que não era possível, por esse motivo, que os sem-terra ocupassem aquela área. Ora, muitas vezes o "Movimento Sem-Terra" é obrigado a ocupar uma fazenda produtiva para criar um fato político, como bem dizem as lideranças, para que outras terras improdutivas sejam colocadas à sua disposição. E se nós pegarmos hoje o jornal "Folha de Londrina", vamos verificar exatamente essa posição de uma das lideranças do "Movimento Sem-Terra", sobre esta fazenda em Cantagalo onde ele diz: "Se ficar realmente comprovada que a fazenda é produtiva, os sem-terra concordam em sair. Desde que o INCRA identifique outra área para as 150 famílias. De outra forma não se faz reforma agrária, não se constrói justiça social."

Outro conceito equivocado, manifestado por muitos, é aquele que confunde reforma agrária com negociata agrária. Como se fosse possível em qualquer país do mundo fazer reforma agrária pagando ao fazendeiro o valor real da terra, o valor real de mercado. Isso é impossível, nenhum país faz isso, não tem dinheiro! Muito menos um país como o Brasil. Então tradicionalmente



a reforma agrária é feita com título de dívida agrária, onde o grande proprietário de terra improdutivo por não cumprir a função social com a sua propriedade que estão expresso na Constituição, ele vai ser penalizado. Ele vai receber o dinheiro mas menos do que vale e o governo vai ter um período de tempo para resgatar o título que deu ao fazendeiro no momento da desapropriação.

Essa é a única reforma agrária possível de acontecer. E em nome de uma justiça verdadeira, que defendemos, porque é muito mais justo que alguém que tem 2, 3, 4, 5 mil alqueires de terra perca a metade do que o homem viver praticamente como animal: sem emprego, sem segurança, sem saúde, sem habitação e sem comida para seus filhos.

É esta luta por justiça que o "Movimento Sem-Terra" foi capaz de colocar na consciência nacional tão sofrida e tão coída daqueles que percebem a injustiça, o sofrimento a cada dia e nada fazem contra ele.

Por isso é que fazemos neste pronunciamento a nossa defesa do "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra". Agora, é evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que de nada vale o assentamento se junto com ele não houve uma política agrícola voltada ao pequeno produtor rural, porque claro, desta forma conseguiríamos terra hoje, mas amanhã essas pessoas por falta de incentivo, por falta de dinheiro barato, do juro subsidiado, por falta de maquinário, não pode competir com a grande propriedade e tem que sair da terra mais uma vez.

As duas coisas tem que andar juntas. De um lado a reforma agrária ela é por si só incentivadora de uma política agrícola mais justa, porque quando se distribui terra se distribui poder, porque terra é poder, na medida em que democratizamos o acesso à terra democratizamos a sociedade, distribuímos a renda e distribuímos poder e os pequenos produtores poderão influenciar os Parlaentos, os Governos a fazer aí sim uma política agrícola voltada aos seus interesses.

É por isso que as duas coisas, reforma agrária e política agrícola voltada ao pequeno produtor rural deve acontecer simultaneamente.

Infelizmente o Programa do Sr. Fernando Henrique Cardoso, mais uma vez, que destina recursos ao pequeno produtor rural cobra um juro de 16%, com um desconto de 4,12% ao ano. Não é um dinheiro barato. E mais do que isto mesmo esse dinheiro acaba indo para os grandes fazendeiros pelos mecanismos burocráticos que impedem o acesso do pequeno produtor rural aos poucos recursos que são colocados a ele.

Portanto é preciso que nós, com os nossos limites de legislar nesse Parlamento, possamos sensibilizar o Governo do Estado para que com o seu Poder, com os seus recursos incentive também a pequena produção e neste sentido infelizmente, pouco fez o Governo Jaime Lerner.

O Governo que prometeu no seu plano de governo, no seu plano de ação, crédito fundiário para filhos de camponeses comprarem terra, não fez isto. Fez apenas um programa de calcário, suspendeu o Programa "Panela Cheia", fizemos várias audiências, estiveram aqui os camponeses no "Grito da Terra", mas o Governo muito pouco fez. Fez o quê? Mais um artifício para ser visto nas telas da televisão do mundo inteiro que são as "Vilas Rurais", mais um artifício, mais um engano.

Li no jornal ontem que existem municípios com grandes dificuldades de comprarem terras para as "Vilas Rurais". Se formos aos pequenos produtores eles querem é recursos para produzir, recursos para ter terra para plantar para seus filhos poderem comprar terras quando casam. A "Vila Rural" é um expediente que tenho certeza, claro que todo mundo está a favor de casa, é evidente, mas daqui a dois anos será comprovado o fracasso, porque é um Programa equivocado, "Vila Rural". Talvez em algumas regiões do Paraná, com alto índice de bôias-frias, com alto índice de (ininteligível) possa dar certo alguma "Vila Rural", mas em algumas regiões é impossível.

Por exemplo, Ponta Grossa, talvez num lugar muito específico de Ponta Grossa dê certo uma "Vila Rural" para os piquitos em outras regiões vai se pegar pessoas que moram em favelas nas cidades para levar a morar longe da cidade. Ora, acontece que esta pessoa ela pode ser bôia-fria, ou morar numa favela, sua filha trabalha de empregada doméstica num bairro próximo, seu filho vende sorvete, sua mulher faz um outro tipo de expediente e não vai poder fazer se for isolado, longe da cidade. Além do custo de comprar terra, se a terra for muito próxima da cidade vai ter um custo alto.

O Governo não consegue resolver nem o problema da habitação que é mais fácil, das favelas que basta uma urbanização é muito menos recurso, basta levar água, luz, dar incentivo. Vai tentar desta forma resolver? Não. Acharmos que este Governo poderia agir de outra forma. Temos o exemplo dos faxinais, está aqui o Deputado João Techy do sul do Paraná, os faxinais que é uma tradição camponesa do século passado, que permite a existência e sobrevivência de milhares de pessoas que nem terra tem, na criação comunitária, aí sim o Governo deveria dar incentivo, estaria

fazendo muito bem para a política agrícola e estamos apresentando um plano para preservação dos faxinais nesta Assembléia e colocando uma emenda no Orçamento e queremos contar com o apoio do Deputado Zuk, Pessuti, Toti Colaço, da região de Irati, onde tem muito faxinal, Deputado João Tychy, para que possamos sensibilizar o Governo para que invista a favor do pequeno produtor, dos milhares que vivem nessas tradições do faxinal que preserva a natureza, preserva as matas nativas da região sul do Paraná e preserva o homem na terra.

É neste sentido que fazemos esse apelo ao Governo do nosso Estado. Mas Senhor Presidente e Senhores Deputados, ação e reação, temos medo que num momento em que o Governo Federal tome uma medida progressista, colocando Francisco Graseano, homem de tradição na questão agrária, para Diretor do INCRA, haja uma nova reação, e o novo ressurgimento da fantasmagórica e famigerada união democrática ruralista, já aparecem denúncias de jagunços dando tiros perto das ocupações, e nós temos muito medo que haja uma reação armada do grande latifúndio reacionário que sempre teve poder no Brasil, e pressão sobre o Estado.

Por isso, fazemos um apelo neste momento ao Governo do Estado, estamos discutindo com os advogados do nosso Partido, com a Bancada do Partido dos Trabalhadores a possibilidade de fazer uma legislação semelhante ao que Fernando Henrique Cardoso apontou domingo, mas silenciou depois, uma legislação que impeça o despejo de família sem-terra e de trabalhadores sem-teto a qualquer hora, para que não se repita uma nova Corumbiara, onde na calada da noite a polícia militar fez uma das grandes chacinas que vai pagar a consciência Nacional.

A idéia do Governo Federal de que qualquer licença do Governo do Estado para despejo, ou de sem-terra, ou de mutuários, tenha que ser antes publicado em Diário Oficial, marcando a data com um mês de antecedência para dar tempo de negociar e não sair o despejo, e para que as pessoas, a opinião pública e a imprensa estejam lá para que não aconteça nenhuma tragédia rural em nosso Estado, esse Estado que foi construído com suor e sacrifício do camponato e dos pequenos produtores.

Por último, gostaria de relatar a reunião, que na condição de Presidente da Comissão de Educação e Cultura, participei juntamente com o Deputado Eduardo Trevisan, o Secretário Estadual da Educação, Secretário de Administração, o Secretário de Governo, e os Professores da APP. Foi a primeira reunião. No meu ponto de vista infelizmente o Governo, o Governo que pensava em discutir um piso de salário, recusou, dizendo que mais de 80% já ganham

mais que o piso, então o problema do Paraná não é o piso. Não apontou nenhum índice de aumento diferenciado para os professores, nem para o funcionário público; apenas coloca como diretriz que os professores terão aumento na medida em que seja feito uma reforma administrativa na escola na medida em que se diminua o número de professores, haja mais coletividade, se melhore a relação professor-aluno, nessa medida esses recursos que forem economizados na educação serão investidos no aumento de salários dos próprios professores. Essa é a diretriz que o Secretário aponta, coloca que o Estado está falido, não tem condições de aumentar o salário dos professores.

Então, achamos que foi um avanço muito pequeno, que as negociações devem acontecer. Por um outro lado uma coisa boa, é que a APP apresentou um requerimento, os professores da APP apresentaram um requerimento pedindo uma série de dados do Governo: primeiro, qual o nível de anistia fiscal que esse Governo concedeu para as empresas. Uma série de questões, questões que tentamos, através do nosso Líder, Deputado Ângelo Vanhoni, e dos demais Deputados do PT, conseguir informação do Governo. Mas a Bancada Governista impediu e rejeitou o nosso requerimento, nos obrigando ir a justiça para conseguir informação desse Governo. Ora, o que vimos de bom é que os Secretários se comprometeram dizendo que o Governo era transparente a repassar o mais rápido possível todos esses dados para a APP, para a partir desses dados elaborar uma política, porque só podemos estabelecer diretrizes, políticas concretas a partir que tenhamos uma leitura clara do Estado, dos recursos arrecadados, das isenções fiscais, que tipo de prioridade este Estado está desenvolvendo para que possamos, aí sim a questão dos salários dos professores que é um salário ridículo. E mais que isso as escolas deste Estado estão literalmente caindo. Hoje estamos recebendo uma resposta de um pedindo que fizemos depois o Deputado Jocelito me alertou que também fez o pedido da reforma da Escola 31 de Março, em Ponta Grossa, que está caindo. Na Cidade de Palmeira, que estive neste fim de semana, tem uma escola caindo. Quer dizer, é a falência completa da escola pública, através do arrocho salarial dos professores e do sistema, como um todo.

Concedo o aparte ao Deputado Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Deputado Pêricles, gostaria também de me reportar a essa reunião na qual tivemos a honra e a responsabilidade de participarmos ontem, no Centro de Convenções de Curitiba.

E a Assembléia Legislativa, mais especificamente a Comissão de Educação, representada pelo seu Presidente, Deputado Pêricles, e tendo o prazer de acompanhá-lo, servindo de intermediadores desse importante debate.

Eu, particularmente, tenho uma visão do problema muito clara, acho que este Governo tem se mostrado muito aberto e democrático nas negociações com os professores. Já estive participando de muitas outras reuniões, muitas outras negociações, estive presente no Palácio Iguaçu, naquela oportunidade em que o Governador e todos os seus Secretários receberam os representantes dos professores mais especificamente a APP-Sindicato. Nós Deputados fomos convidados, Vossa Excelência esteve presente, quando o Governador pessoalmente demonstrou o seu empenho, a sua dedicação e a sua preocupação com o tema, estando presente nesta negociação, conversando diretamente com os professores, cobrando posicionamentos de seus Secretários.

Na reunião de ontem o Secretário democraticamente procurando demonstrar os números, aberto às colocações, críticas, cobranças, se comprometendo a atender aos pedidos de informações e aos esclarecimentos que a APP tem lhe cobrado. Então, da minha parte, vejo este Governo muito democrático na negociação com os professores. Com relação as propostas que o Governo apresentou a APP, no dia de ontem, achei muito realista. Porque entendo o seguinte: para permanecer esta atual estrutura que rege o relacionamento do Estado, enquanto patrão e os professores enquanto empregados, este Estatuto do Magistério Público Estadual e toda Legislação ligada a esta questão, eles criam realmente uma situação dentro da qual não será possível mudar esta perversa história do relacionamento dos professores com o Governo de plantão.

Se este problema permanecer, esta estrutura educacional no Paraná, passarão centenas de governos e sempre vai acontecer o seguinte: ao início do Governo os professores recuperam a esperança de que as coisas vão mudar, e ao término dos governos eles vão estar trabalhando para o candidato da Oposição. Porque sempre vai a decepção. E isso o Secretário da Educação colocou, ontem de forma clara, achei muito responsável e coerente esta proposta do Governo do Estado. Ele propõe uma reformulação do ensino público, no Paraná, uma verdadeira reestruturação do ensino público, no Paraná. A mudança da carreira dos professores, a reforma e atualização do Estatuto do Magistério Público Estadual, a busca na conquista dos índices estabelecidos na valorização do magistério e qualidade de ensino. Índices estes que foram

buscados sob inspiração de países de 1º Mundo, no que diz respeito ao número de professores em relação ao número de alunos, e número de funcionários em relação ao número de alunos.

Hoje, aqui no Paraná, esta equação está em torno de 1 professor para cada 17 alunos, mais ou menos e um funcionário para cada 50, também é estabelecido como um índice adequado 1 professor para cada 25 ou 30 alunos e 1 funcionário para cada 100 alunos. São números que vão se aproximar de países de 1º Mundo. E porque a busca desses números, é a racionalização do sistema é ter no sistema o número de funcionários e professores que de conta da demanda e dessa forma o Estado pode a cada um deles pagar um salário melhor. Porque quanto mais funcionários, mais professores tem para distribuir um bolo da arrecadação, menos pode se dar para cada um, porque a divisão tem que ser maior.

Então achei que a proposta colocada diz se iniciar uma grande discussão, de uma maneira clara, limpa, colocando os números é a mais responsável porque o Governo não pode falar em concessão de antecipações, aumento salariais futuros, se ele não sabe qual vai ser o comportamento da receita, ele não pode garantir reposição das perdas nos meses futuros se ele sabe que não vai poder honrar esse compromisso. Então acho que o Governo está agindo com responsabilidade, temos a consciência de que o salário hoje pago aos professores e funcionários da Educação é um salário aviltante, é um salário vergonhoso, mas sabemos também que o desejo que temos de aumentar esses salários, ele encontra limites na arrecadação do Estado. Então só uma reformulação, uma reestruturação, uma modernização no relacionamento professor e Estado é que vai permitir darmos um fim, um basta nessa situação em que todo o Governo, os professores ficam descontentes. E acho que dentro dessa proposta havia uma muito interessante, e que tive oportunidade de conversar com o Deputado Pêricles, uma proposta realmente inovadora.

Tudo aquilo que o Estado conseguir economizar com essa nacionalização, com essa diminuição de número de funcionários e professores, com essa maximização do trabalho dos professores e funcionários, tudo que ele conseguir economizar com isso, ele se compromete a reinvestir na educação, em aumentos salariais e investimentos, na capacitação, treinamento, reforma e construção de escolas. É de certa forma o que eu chamaria de participação de lucros entre aspas daquilo que o Governo vai conseguir economizar com essa nova ordem educacional que ele pretende implantar no Estado do Paraná a partir da racionalização, reestruturação e modernização na estrutura

do nosso Ensino Público Estadual.

Mas de qualquer forma quero colocar essa minha convicção e manifestar o meu orgulho de ter participado como intermediador acompanhando o Presidente da Comissão de Educação e Cultura e elogiar o trabalho que a Assembléia Legislativa através da Comissão da Educação e Cultura vem fazendo realmente, procurando estabelecer fórum permanente de discussão procurando intermediar essas discussões entre professores e Governo do Estado e dessa forma prestando um importante serviço a toda a sociedade do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PERICLES DE MELLO - Agradecemos o aparte do Deputado Trevisan, queremos cumprimentá-lo pelo seu trabalho junto à Comissão em acompanhar todos os processos a respeito da Educação.

Nossa visão é diferente da sua, na medida em que achamos que já houve tempo suficiente para que o Governo apresentasse pelo menos, um dado aos professores e o que ele apresentou foi muito pouco. Acho que as questões que o Deputado levanta, são questões muito complexas, inclusive a relação professor/aluno, e professor/funcionário ela é complexa. Depende de uma concepção de educação, depende de uma escala das escolas do Brasil e do Paraná. Porque vejam bem se nós temos uma escola estadual com 200 alunos, nós não podemos ter um funcionário só. Existe uma escala mínima. Então essa relação é muito complexa. Segundo essa relação depende de um conceito de qualidade total, é evidente que se você vai formar professor com televisão como quer Fernando Henrique Cardoso, de maneira impessoal, você reduz funcionário, reduz professor. Mas isso filosoficamente é muito discutível, porque é um conceito implícito de educação e de escola, atrás dessas propostas. Mas são questões muito mais complexas que nós não temos tempo para desenvolver aqui, vamos desenvolver essas relações futuramente. Entendo que houve aspectos positivos. O diálogo, a transparência que o Secretário nos prometeu de abrir o Estado, abrir as contas do Estado, para que os professores e Sindicatos tenham condições de repensar o Estado, fazer propostas concretas, isso para nós é de fundamental importância. E outro dado que eu acho importante é que nós tentamos negociar com o Secretário de Estado a aprovação de um Projeto de Lei de nossa autoria, da Bancada do PT e outros Deputados também assinaram aumentando o número de sindicalistas liberados e pela primeira vez ouvimos uma boa receptividade, não só do Secretário da Educação, mas também do Secretário da Administração, e eu tenho certeza que com o sinal verde será mais

fácil, porque nós conversávamos com os Deputados desse plenário e aprovamos essa Lei, que sem dúvida nenhuma, é de extrema importância para a conquista da cidadania dos sindicalistas do Estado e não custa nada para o Estado. A APP que tem 70 mil professores, tem apenas 8 sindicatos liberados, se ela tivesse 24 ou 30 isso não custaria nada e nós alertávamos o Secretário que inclusive agora que o Lerner criou o Conselho de Desenvolvimento Educacional, onde há espaço para um professor trabalhar no Conselho, tem que haver a liberação e seria um grande dado para APP. Outros Deputados como o Dr. Rosinha apresentaram Projetos como esse na Legislação anterior, mas infelizmente foram derrotados. Então nós achamos que tem aspectos positivos sim, apesar que nós temos uma visão crítica global da política da Educação de Lerner, mas isso nós traremos num próximo pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -

Apenas para registrar a presença do Senhor Gedioni, de Pato Branco, proprietário da Caluff-Pesquisa e Publicidade e do Vereador vice-Presidente da Câmara daquele município, nosso companheiro. Agradecemos a presença.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - No horário das lideranças, concedo a palavra ao PT.

Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, dois assuntos me trazem à tribuna nesta tarde. Primeiro vamos discutir sobre a questão da prostituição infantil, do encerramento da CPI e depois, algumas questões relativas à COPEL.

Primeiro mostrar a satisfação que este parlamento, naquele momento em que assinava o requerimento para a construção de uma CPI para investigar a questão da prostituição infantil no Paraná, requerimento assinado por mim e pelo Deputado Sérgio Spada, dizer que naquele momento estávamos nos adiantando ao problema nacional. A Assembléia Legislativa do Paraná estará à frente das ações do Governo Federal com relação ao combate da Prostituição Infantil.

A Casa aprovou uma CPI para investigar a exploração sexual de crianças e adolescentes bem antes de qualquer ação ou pronunciamento oficial por parte do Governo Federal. Também nos adiantamos em realização de um Fórum onde também o Governo Federal estará propondo à sociedade brasileira um Fórum para discutir o tema e ainda, já existe uma campanha, uma frente parlamentar contra a exploração e contra o

turismo sexual no Brasil, especialmente com relação às crianças. Isto mostra que a gente está discutindo o problema e nos adiantando. Estamos preparando no Paraná e no Brasil o 1º Tribunal Nacional Independente contra o trabalho infantil que se dará em março do ano que vem, no México e nós os Deputados que compõem a CPI estão de certa forma inteirados aos problemas que se referem à infância.

Temos a tarefa de convidar a todos os Deputados e a todos os que nos ouvem neste momento, como já foi enviado convite, a participar do Fórum nesta 6ª. feira, com início às 9 horas da manhã, será no Plenário, onde contamos com o apoio significativo da Mesa Executiva desta Casa, tanto no andamento da CPI como também, toda questão operacional da análise do problema, e também, por isso, nós resolvermos dividir a responsabilidade com a sociedade. Já que a prostituição infantil é, sobretudo, um problema social. Então o Fórum vai tratar das soluções do problema. O diagnóstico o próprio Deputado Relator - Durval Amaral, está debruçado sobre análise dos autos, já tem o diagnóstico preciso da situação. Precisamos agora encaminhar soluções. A CPI não vai resolver todos os problemas, todas as deficiências da polícia, do Governo Estadual, do Governo Municipal, dos conselhos tutelares, não tem esse caráter de resolver os problemas da prostituição infantil. Mas temos, sim, a tarefa de mostrar caminhos para solucioná-los. E isso nós faremos inclusive neste Fórum.

Além das autoridades convidadas, também foram convidados os compositores Caetano Veloso e Gilberto Gil para o Fórum, porque eles estão encampando uma campanha que começou na Bahia, uma campanha da própria sociedade capitaneada por eles, contra a exploração sexual e o turismo em cima da exploração de crianças. Como estamos convidando a Secretária Estadual da Família e da Criança; o Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu; o Procurador Geral de Justiça do Estado Dr. Olímpio Sotelo Maior que é um dos grandes especialistas na questão de infância, no Brasil, para fazer parte deste Fórum. Pela manhã contaremos com a presença de todas essas autoridades e à tarde teremos um debate com toda a sociedade organizada. Daí temos a importância da participação das organizações não governamentais, a exemplo do Grupo Dignidade, Grupo Esperança, do Centro de Direitos Humanos de vários locais do Paraná, os Conselhos Tutelares, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de alguns municípios que estão aí.

Nesta ocasião teremos a oportunidade de fazer um diagnóstico preciso e dizer

dados bem concretos da situação da prostituição no Paraná. A Assembléia do Paraná está na dianteira de um problema, está em sintonia com um problema nacional. É a única CPI deste caráter instalada no Brasil. Nos adiantamos, inclusive, a todas as soluções propostas pelo Governo Federal e pela Frente Parlamentar Nacional contra a exploração sexual infantil.

O segundo tema é com relação à COPEL. Dizer do nosso reconhecimento, em participar, tratar de alguns problemas junto aquela Instituição, com relação à construção de barragens, aos reassentamentos, quanto ao deslocamento de populações. A COPEL tem uma posição louvável, elogiável com relação aos atingidos da construção da usina de Salto Caxias. Foi acompanhado por esta Casa, capitaneado especialmente pelo Deputado Nereu Moura, todas as negociações juntamente com a comunidade atingida que tem lá sua comissão, os prefeitos das regiões atingidas e seus vereadores. Louvável na medida em que estabeleceu uma metodologia de discussão integrada com a sociedade. Quer dizer, é uma metodologia nova, me parece inusitada no Brasil e merece nossos aplausos. Reconhecer o esforço da COPEL na solução de vários problemas com relação a assentamento de Segredo UM, onde nós temos lá 95 famílias reassentadas. Mas nós queremos aqui manifestar que nós temos aí questionando algumas posturas da COPEL com relação a Segredo Um, onde nós temos 95 famílias passando fome. Eu estive no local, conversando com as lideranças do local, a situação é de penúria, os agricultores querem apoio do Governo para plantar esta safra. Foi criada uma expectativa de barracões, construção de barracões, já que as casas caíram, os barracões caíram, Srs. Deputados, barracões de pinus, Srs. Deputados, caíram, estão querendo construir novos barracões. Criou-se uma expectativa de distribuição de calcário já para esta safra, mas tudo isto foi barrado. Os agricultores estavam esperando, nós negociamos com setores da COPEL, garantiram e de repente cortaram essa manifestação de apoio público, inclusive nós temos documentos aqui colocados.

Então, cortaram especialmente o departamento de reservatório, o DEPRE, que tem uma política diferente de alguns setores dentro da COPEL. Os agricultores estão desesperados, o Presidente da Associação dos Agricultores, o Sr. Benedito, está sofrendo pressão das famílias que exigem urgente solução por parte da COPEL.

Continuando, com relação às Cooperativas de eletrificação rural que foi exigido o trancamento da prestação de serviço que todas as cooperativas de eletrificação rural do Paraná fazem prestação de serviços na manutenção das linhas que elas haviam



feito através do sistema cooperativo. Está sendo demitido por parte das cooperativas vários elementos, criando uma situação de penúria também com vários desempregados. A COPEL não tem se manifestado positivamente para uma solução e as cooperativas exigem que até o final se mantenha no estágio que está, existem irregularidades aparentes, mas que seja solucionado, seja dado um prazo até o final do ano para readequação das cooperativas.

Para encerrar, Senhor Presidente, nós temos ainda que questionar a COPEL com relação ao Tribunal de Contas, fala de ilegalidade das aposentadorias.

Segundo informações, o Tribunal de Contas está considerando ilegal pagamento de benefícios a funcionários já aposentados.

O esclarecimento foi feito pela segunda inspetoria de controle externo do Tribunal de Contas, que deu prazo até segunda-feira para que a empresa forneça a relação de beneficiários até o momento.

Há várias pessoas beneficiadas, entre as quais o ex-Presidente da COPEL, João Carlos Cascaes, que em primeiro de agosto sacou a primeira parcela de maio de 66 mil reais. Trinta dias depois sacou a segunda parcela de igual valor.

Essas portarias estão sendo questionadas. Quer dizer, nós estamos fazendo um alerta desta Tribuna para que a COPEL dê um pouco mais de atenção para aqueles compromissos públicos tomados, o Deputado Dúlio Genari sabe com relação às cooperativas de eletrificação rural, bem como o Deputado Orlando Pessuti e também com relação as aposentadorias.

Nós não queremos aqui de maneira alguma fazer um cavalo de batalha em cima do nome da COPEL, mas queremos sobretudo esclarecimentos e nós vamos pessoalmente tratar deste assunto para que os Senhores Deputados fiquem cientes e a Mesa Executiva de que se breve nós convocarmos aqui o Presidente da COPEL, porque já tem problemas a serem resolvidos, questionamentos a serem respondidos, principalmente a este Parlamentar com relação a reassentamentos em Segredo Um, com relação a aposentadorias especiais e com relação as cooperativas de eletrificação rural no Estado do Paraná e a COPEL vai dizer que temos buscado informações e tem se desviado de fornecer informação a este Parlamentar como a outros Parlamentares.

No momento oportuno, que valha a pena, apresentarei um requerimento, quem sabe uma convocação do Presidente, que venha aqui esclarecer estes fatos.

Era isto, muito obrigado pela tolerância, Senhor Presidente.

palavra a Liderança do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, dentro da linha que nós temos adotado nesta Casa de facilitar as informações da parte do Governo, demonstrar o jogo limpo que tem a intenção, o Governador Jaime Lerner e a sua equipe, os Senhores Parlamentares são testemunhas da posição que eu coloquei aqui com relação a vinda ou não do Presidente do Banco do Estado do Paraná a esta Casa para prestar novos esclarecimentos a respeito de informações de possíveis irregularidades do Banco Del Paraná. E isto eu tenho colocado publicamente na imprensa, e isto também coloquei junto ao Governador do Estado do Paraná com relação ao assunto.

E quero nesta tarde, demonstrando a preocupação que também tem o próprio Governador Jaime Lerner no sentido que haja o perfeito e total esclarecimento da situação do Banco Del Paraná o Governador encaminhou a esta Liderança uma correspondência informando de que: "Em atenção as questões levantadas na Assembléia Legislativa a cerca do Conglomerado BANESTADO comunico que o Executivo coloca-se inteiramente à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários".

Então trago a público isso aos Senhores Parlamentares para demonstrar também a vontade do Governador, e que as coisas realmente sejam esclarecidas ponto por ponto como coloquei ontem aqui no meu pronunciamento, a fim de que se pairarem as dúvidas, se cobre as possíveis irregularidades e se permita, para que o Banco do Estado do Paraná, ou o próprio Banco Del Paraná, possam continuar as suas trajetórias de bons serviços prestados à comunidade paranaense, e que se separe aquilo de que de errado esteja acontecendo nesse conglomerado.

Então, era esse o recado que eu queria dar aos Senhores Parlamentares, já está acertado, basta apenas a confirmação ainda da data e do horário, mas provavelmente na quarta-feira é quase certo, 90% de que na quarta-feira o Presidente do BANESTADO com o Secretário da Fazenda estarão aqui, porque esse é o desejo também do Governador Jaime Lerner. Por outro lado vejo também com muita preocupação a situação que nos trazem hoje aqui os companheiros portuários.

Nós temos trabalhado no sentido de que haja uma perfeita harmonia entre os sindicatos e a direção do Porto de Paranaguá para que nós possamos até recuperar aquele Porto, para que nós possamos permitir que esse pessoal da cidade de Paranaguá possam ter o seu serviço, continuarem prestando



serviço ao Porto de Paranaguá.

Nós tomamos conhecimento ontem de uma decisão tomada pela Superintendência do Porto de Paranaguá, e recebemos há minutos atrás no nosso gabinete da liderança, uma Comissão que veio colocar a sua preocupação da forma, da maneira como foram tratados funcionários do Porto com mais de 20, 30 pessoas que praticamente trabalharam no início do Porto de Paranaguá, são pessoas aposentadas que ainda prestam serviços no Porto de Paranaguá.

Todos sabem a crise pela qual passa o Porto de Paranaguá, todos sabem a dificuldade que está encontrando o Governador do Estado para modernizar o Porto, para melhorar o Porto, e para continuar possibilitando que esta mão-de-obra continue prestando os seus serviços ao Porto de Paranaguá. Nós estamos evidentemente preocupados com a situação, estamos procurando intermediar uma solução, não podemos ainda neste momento transmitir aos Senhores e as Senhoras uma solução já com relação a essa intermediação.

Eu, o Deputado Angelo Vanhoni, o Presidente da Assembléia Deputado Anibal Khury, até o final provavelmente dessa Sessão a gente possa talvez transmitir aos companheiros de Paranaguá, uma solução.

Por isso, registro aqui, Senhor Presidente, as presenças além de vários portuários, o Senhor Wilson Moraes da Silva, Presidente do Sindicato dos Portuários; do José Perez Cesar, que é Presidente da Federação Nacional dos Portuários.

E dentro do espírito democrático que norteia essa Liderança, peço a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que ao término dessa Sessão, da pauta da Sessão, nós possamos permitir que tanto o companheiro Wilson como o José, possam fazer uso da Tribuna por cinco minutos cada um, colocando as suas posições, colocando a preocupação da classe portuária de Paranaguá.

Era só Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Não recebido pela Mesa, na forma do Art. 127, do Regimento Interno.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colação, constante do expediente.

Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 066/94, que cria o Município de Guamiranga, desmembrado do Município de Imbituva, com área de terra conforme especifica. Aprovado. (Publ. no DA nº 17, de 14.03.94).

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros, cria a "Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná", conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE", do Município de Sertaneja, com sede e foro neste Estado. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, do Município de Sengés, com sede e foro neste Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Flávio Arns. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, emenda de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 352/95

Suprima-se no Projeto de Lei as expressões: "Nestes Termos, Pede Deferimento".

Sala das Sessões, em 04.10.95.

(a) CESAR SELEME

Apoiamento: Milton Puppio, Walmor Trentini, Eduardo Trevisan, Luiz Accorsi, Edno Guimarães.

O Projeto está Prejudicado, face a aprovação da Emenda do autor.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 357/95, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Honório Fagan- Ensino de 1º Grau, com sede e foro na Cidade de Floral. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/95, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que revoga a alínea "A" do art. 4º da Lei nº 10.704 de 10/01/94. "SUPLENTE DE DELEGADO". Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E CONTRÁRIO DA S.P.. (Publ. no D.A. nº 06, de 20.02.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 002/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Basílio Zanusso, tem por finalidade revogar a alínea "a" do art. 4, da Lei nº 10.704, de 10 de janeiro de 1.994.

Pretende o autor, com esta medida, dispensar a obrigatoriedade de comprovação de escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente, para ingresso no cargo de Assistente de Segurança.

Após a análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal ou regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 30.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PROJETO DE LEI Nº 002/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, tem como objetivo estabelecer a inobrigatoriedade de exigência de escolaridade mínima de 2º grau para ingresso no cargo de Assistente de Segurança, cujo "status" jurídico efetivo é de Delegado Substituto, nos termos da Lei Estadual 10.704/94, cuja alínea "a" do art. 4º se busca revogar no presente projeto de Lei.

Chamada esta Comissão a se manifestar,

somos de parecer contrário pelos motivos expostos a seguir:

1) O argumento apresentado pela justificativa ao projeto de lei, ao argumentar que "a complexidade desta função não chega a exigir nível de formação escolar, tratando-se inclusive de um cargo de confiança" é falso, eis que a exigência mínima para qualquer cidadão se submeter ao concurso público de provas e títulos para delegado titular é a conclusão de curso superior de Direito. Ora, se é dado ao Delegado Substituto a prerrogativa de substituir o titular e concursado, ainda que provisoriamente, deve o mesmo ter, no mínimo, nível de escolaridade semelhante ao do substituído, face ao princípio constitucional da isonomia e do respeito à complexidade funcional. Além de afrontar a própria essência da Lei 10.797/94, que estabeleceu a carreira de delegado titular, inquéritos policiais conduzidos por agentes públicos materialmente incompetentes podem redundar em complexas situações de nulidades de procedimentos investigatórios.

Neste sentido, a proposição em análise é contrária ao interesse público sob dois aspectos: a) ao estabelecer diferenciação de nível entre funções idênticas no seio da administração pública, ou seja, ao quebrar o princípio da isonomia funcional; b) ao criar possibilidade de nulificação dos procedimentos investigatórios levados a cabo por delegados substitutos sem escolaridade mínima secundária, o que favoreceria a impunibilidade.

2) Ao simples agente da Polícia Civil é exigido, como condição "sine qua non" de prestação do concurso específico, a comprovação da conclusão do 2º grau ou equivalente. Por outro lado, a função administrativa representada pela simbologia 9C corresponde a salário efetivo superior ao do agente da polícia civil. Consequência: quebra do princípio da hierarquia, eis que teríamos pessoas com menor nível de instrução educacional comandando outras com maior nível de escolaridade. Neste sentido, irremediavelmente abalado restaria o princípio da disciplina. Neste caso, a aprovação do presente projeto de lei encontra intransponível óbice no § 1º do art. 47 da Constituição Estadual. A situação se agrava frente a competência constitucional designada à Polícia Civil de exercer as funções de polícia judiciária, ou seja, encarregada das investigações criminais em geral. Como imaginar o exercício desta complexa função, que exige inapelavelmente conhecimento técnico de direito em geral e de direito e processo penal em especial, sem um nível mínimo de escolaridade?!? Novamente a perspectiva de recrudescimento da impunidade milita con-

tra o presente projeto de lei.

Em conclusão, em que pese a respeitável motivação do Nobre Colega autor do presente projeto de lei, somos de parecer contrário, pelos motivos expostos.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.95.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ANGELO VANHONI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões. Retirado pelo autor.

#### ITEM 08

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 033/95, de autoria do Deputado Toti Colago, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Teixeira Soares, para que a população decida sobre a criação do Município de Fernandes Pinheiro. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 81, de 28.06.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Resolução de autoria do Deputado Toti Colago, tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito para a criação de Fernandes Pinheiro, desmembrado de Teixeira Soares.

Esta Comissão analisou tal matéria e converteu o presente Projeto em diligência. Uma vez enviada Certidão do IBGE manifestamo-nos favoravelmente a sua normal tramitação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, antes da Votação dos requerimentos ao Sr. Wilson Moraes da Silva, Presidente do Sindicato dos Portuários.

O SR. WILSON MORAIS DA SILVA - Exmo. Senhor Presidente da Assembléia, Exmos. Senhores Deputados.

É lamentável que o administrador do Porto de Paranaguá, através de uma simples portaria, proíba o que a lei permite. Através de um ato espúrio não deixou os trabalhadores que deram as suas vidas, que têm mais de 30 anos de Casa, que ajudaram a construir o Porto de Paranaguá, deixou este pessoal desempregado, sumariamente, sem direito a uma rescisão contratual.

E digo, Senhores Deputados, que este pessoal deveria ser tratado com dignidade. Quero também comunicar a esta Casa que os portuários tiveram uma Assembléia em aberto e em estado de greve, mas tenho a cer-

teza que com a vontade dos Parlamentares e do Governo, nós vamos reverter esse quadro, porque nós só queremos o trabalho, e não participar de uma falsa modernidade. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor José Perez Cezar.

O SR. JOSÉ PEREZ CEZAR - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em primeiro lugar quero agradecer a oportunidade que os Senhores desta Casa nos estão dando de vir aqui nessa Tribuna. Isso Senhor Presidente nos faz acreditar que o Brasil realmente está com o seu processo democrático consolidado, principalmente no Estado do Paraná. Mas algumas coisas nos assustam ainda e por isso nós viemos aqui em Caravana, com centenas de aposentados, demitidos, hoje 146, amanhã já sabemos que tem outra lista de 250 companheiros para serem colocados na rua. Queria que os companheiros Deputados, que me permitam chamar assim, prestassem a atenção para o fato de que esses colegas portuários, que criaram, que fizeram o Porto de Paranaguá, foram colocados na rua de uma maneira completamente diferente e com certeza muito a contra gosto do Governo do Estado do Paraná a maneira com que esses companheiros portuários foram tratados. Ninguém foi ali demitido, não tem nenhum demitido, todos foram proibidos de usar o seu trabalho, de entrar no Porto o qual construíram, simplesmente com uma canetada, com uma portaria foram proibidos de entrar no porto. Esta atitude arbitrária que tenho certeza que não é compactuada pelo Governo do Estado do Paraná e principalmente por esta Casa. É esta atitude que nos traz aqui e que nos traz com uma profunda revolta. Nós portuários queremos um tratamento pelo menos digno, queremos os nossos direitos, sempre procuramos conversar com qualquer administrador do Porto, seja ele Almirante, Capitão da Marinha, ou qualquer outro tipo de sujeito que lá esteja. Sem contudo deixar de respeitar e merecer dele o respeito que nós trabalhadores temos o direito de exigir. Esses companheiros não tiveram sequer os direitos pagos, nenhum recebeu um tostão sequer da administração do Porto por sua demissão, simplesmente proibidos de trabalhar lá, os companheiros não contestam a lei do País. Portanto querem conversar de uma maneira menos traumática, deles aposentados que são, abandonarem os seus postos de trabalho, gradativamente, sem que com isso suas famílias venham sofrer questões sociais mais profundas e que hoje qualquer trabalhador desta Nação já está sofrendo.

A Federação Nacional dos Portuários participou ontem da Assembléia dos compa-

rheiros portuários, quero registrar também a presença do Presidente do Sindicato dos arrumadores, o companheiro Vilmar, o Presidente licenciado do Sindicato dos Estivadores e todos os outros Presidentes de Sindicatos de Portuários estavam presentes na Assembléia estão juntos com os trabalhadores para tomar qualquer tipo de atitude que precise tomar para que essa situação seja na realidade revertida e que os trabalhadores sejam tratados com um mínimo de dignidade. Não queremos covardia por parte do administrador do Porto, que até então tem tratado os trabalhadores de igual para igual, conversado e de um dia para o outro, põe todo o mundo no meio da rua. Isto para nós é uma covardia e não podemos admitir isso e isso na realidade denigre a imagem do governo do Estado do Paraná, principalmente do senhor governador, responsável pela concessão do Porto de Paranaguá e principalmente em total descrédito uma categoria que até então só ajudou no desenvolvimento do Estado do Paraná, uma categoria que até hoje fez seus movimentos ordeiros, vitoriosos, porque são trabalhadores que trabalham diuturnamente, das 19 às 19 em benefício do Estado do Paraná.

Por isso a gente pede para esses companheiros, que sejam tratados com respeito como qualquer outro trabalhador da nação brasileira merece.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2901-Z, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901-O, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2901-B1 e 2901-C1, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2901-P e 2901-A1, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2901-D1, 2901-E1, 2901-L1 e 2901-M1, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2901-S, 2901-T, 2901-U e 2901-V, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901-Q, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901-F1, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901-R, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901-I1, de autoria do Sr. Deputado Toti Colago, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2901-G1 e 2901-H1, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk, Plauto Miró Guimarães, Péricles de Mello e Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901-W, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Augustinho Zucchi, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **-A C.C.J..**

Requerimentos nºs. 2901-X e 2901-N1, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901-Y, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901-J1, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Augustinho Zucchi, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2883, 2887 e 2888, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2884 a 2886, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo Autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para quinta-feira, dia 05, às 9:30 horas, com a presença dos Senhores Presidentes das Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Marca ainda uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 09, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/95.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 344/95 e do Projeto de Resolução nº 033/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de lei n.ºs. 253, 290, 360 e 364/94.

Levanta-se a sessão.

#### Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E:

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 373/95

retificar o Ato da Comissão Executiva n.º 150/95, de 03 de março de 1995, para conceder aposentadoria a pedido, a ANTONIO CLARET REZENDE, matrícula n.º 141, ocupante do cargo de Consultor Legislativo BNU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, inciso I e III da Lei n.º 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação, inerente à Simbologia DAS-4; quatro (04) quinquênios de acordo com o art. 170, da citada Lei n.º 6.174/70, calculados em conformidade com a Resolução n.º 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em Regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1.º da Lei n.º 6.794/78, com nova redação dada art. 6.º da Lei Complementar n.º 21/64 e conforme o disposto no Decreto Legislativo n.º 229/85.

(Prot. n.º 13067/94)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.08.95.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1.º Secretário

NELSON GARCIA - 2.º Secretário

#### Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E:

#### PORTARIA N.º 146/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CENI FITZ BREGENSKI, matrícula n.º 40990, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo nível "61", o tempo de seis (06) meses, nos termos do art. 248, da Lei n.º 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1.º quinquênio compreendido entre 01.08.90 e 01.08.95.

(Prot. n.º 8825)

#### PORTARIA N.º 147/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de NAIR ISABEL ROSA, matrícula n.º 40639, fun-

cionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo nível "61", o tempo de seis (06) meses, nos termos do art. 248, da Lei n.º 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 2.º quinquênio compreendido entre 09.07.90 e 09.01.95, antecipado em razão da incorporação do 1.º quinquênio. (Prot. n.º 9071/95)

#### PORTARIA N.º 148/95

colocar a disposição, da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, NOEMIA DE OLIVEIRA CAMPOS, matrícula n.º 40525, do Quadro dessa Casa sob Regime Jurídico Único, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. n.º 6559/95)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 29.09.95.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### Ata de Comissão

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 7.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Toti Colaço, José Tavares, Carlos Simões, Cezar Silvestri, José Maria, Walmor Trentini, Antonio Annibelli, Geraldo Cartário, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso e Orlando Pessuti. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 360/95 do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 02) Projeto de Lei n.º 290/95 do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cezar Silvestri - APROVADO; 03) Projeto de Lei n.º 353/95 do Deputado Péricles de Melo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 04) Projeto de Lei n.º 346/95 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 05) Projeto de Lei n.º 359/95 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 06) Projeto de Resolução n.º 48/95 do Deputado Orlando Pessuti e Milton Púppio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 07) Proposição Veto n.º 21/95 do Poder Executivo de autoria do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Proposição Veto n.º 24/95 do Poder Executivo, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 09) Proposição Veto n.º

25/95 do Poder Executivo de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Proposição Veto n° 28/95 do Poder Executivo de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 364/95 do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Resolução n° 46/95 da Deputada Ironi Pugliesi e Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 13) Projeto de Resolução n° 34/95 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 14) Projeto de Resolução n° 51/95 do Deputado Anibal Khury e Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 332/95 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 16) Proposição Veto n° 29/95 do Poder Executivo de autoria do Deputado Cesar Sele-

me. O Deputado Relator Antonio Annibelli requer conversão em diligência - DEFERIDO; 17) Proposição Veto n° 22/95 do Poder Executivo. O Deputado Relator Antonio Annibelli requer conversão em diligência - DEFERIDO; 18) Projeto de Lei n° 349/95 do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 19) Projeto de Resolução n° 21/95 do Deputado Anibal Khury. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 20) Projeto de Lei n° 305/95 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO. O Deputado José Tavares solicita que seja registrado em ata o seu protesto com relação aos Vetos aos Projetos autorizatórios. Acredita que se o Poder Executivo sancionasse não teria prejuízo, apenas prestigiaria os Parlamentares. O Deputado Cesar Silvestri concorda. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária